

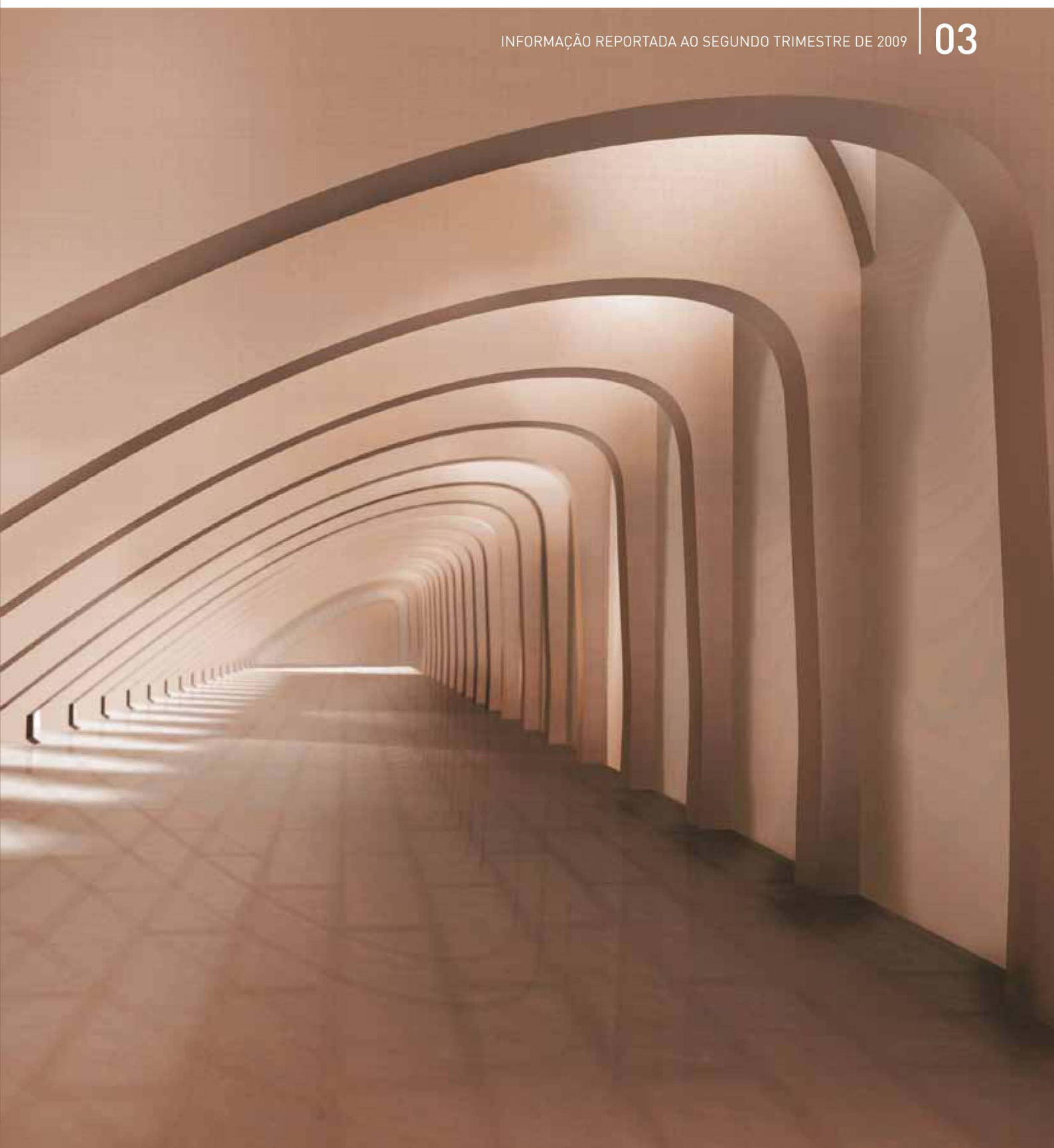
REGIÃO CENTRO



BOLETIM TRIMESTRAL

INFORMAÇÃO REPORTADA AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2009

03



[índice]

CONJUNTURA

- 02** Enquadramento Nacional
- 04** Mercado de Trabalho
- 09** Desemprego Registado
- 11** Endividamento das Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 14** Turismo
- 15** Construção e Habitação
- 17** Caixas e Terminais Multibanco
- 18** Políticas Públicas na Região Centro
- 22** Cooperação Transnacional Espaço Atlântico
2007-2013

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

- 24** A Região Centro segundo o Índice Sintético
de Desenvolvimento Regional
- 27** A Região Centro segundo o Indicador *per*
Capita do Poder de Compra

[ficha técnica]

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Responsável Técnico: Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional | Data de Edição: Dezembro de 2009 | Design Gráfico: DallDesign, Unipessoal Lda. | Impressão: DallDesign, Unipessoal Lda. | ISSN: 1647-3612

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt





O segundo trimestre de 2009 manteve o cenário recessivo que Portugal e a Região Centro vinham a defrontar. A região foi mais afectada do que anteriormente, embora mantendo, à semelhança do verificado no primeiro trimestre de 2009, sinais menos negativos do que no país.

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional baixou em 3,7% face ao segundo trimestre do ano anterior e o nível médio dos preços começou já a baixar no trimestre em análise, deixando antever desde logo preocupações sociais.

Com efeito, a taxa de desemprego subiu para 9,1% em Portugal, no segundo trimestre de 2009. Na região, esta taxa cresceu também face ao mesmo período do ano anterior, mas baixou em comparação com o trimestre precedente, atingindo o valor de 6,3% mesmo com o novo aumento do número de reformados. O desemprego de longa duração cresceu na região 30,7% em termos homólogos.

Também ao nível das empresas se concluiu que a concessão de crédito cresceu mais parcamente no segundo trimestre de 2009 e que aumentou o crédito vencido em percentagem do crédito concedido, apresentando as sociedades não financeiras maiores dificuldades.

A quebra dos valores dos fluxos internacionais de bens remeteu para a mesma tendência decrescente. Também na construção se denotou o clima recessivo, pela diminuição do licenciamento dos edifícios, em particular das construções novas e das construções com finalidade doméstica.

Já a actividade turística, tendo sofrido um revés a nível nacional, melhorou na Região Centro no segundo trimestre de 2009.

Uma outra nota positiva para a região prende-se com o maior dinamismo promovido pelo aumento da abertura de concursos no âmbito do Programa Operacional Regional – Mais Centro, inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). A 30 de Junho de 2009, a região representava 26,1% dos fundos comunitários aprovados em Portugal.

Neste boletim apresentam-se também os resultados publicados em 2009, pelo Instituto Nacional de Estatística, do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) (elaborado em parceria com o DPP) e do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC), no sentido de permitir uma análise de contexto em termos das dinâmicas territoriais na região. No caso do ISDR, salienta-se que, das quatro sub-regiões que superavam a média nacional, três pertenciam à Região Centro (Pinhal Litoral, Baixo Vouga e Beira Interior Sul). O Baixo Mondego registou um desempenho semelhante à média nacional (100). No caso do EPCC, a Região Centro revelava um Indicador *per Capita* de Poder de Compra (IpC) aquém da média nacional (83,8), contando apenas com uma sub-região, o Baixo Mondego, no conjunto das cinco NUTS III, a nível nacional, que apresentavam um valor superior à média de Portugal.

[CONJUNTURA]

ENQUADRAMENTO NACIONAL

A actividade económica portuguesa, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), decresceu no segundo trimestre de 2009 em 3,7% face ao mesmo período do ano anterior, tendo, contudo, aumentado em relação ao trimestre precedente. A taxa de desemprego nacional aumentou para 9,1% e o nível médio dos preços começou a baixar. Ainda assim, as expectativas dos agentes económicos foram menos pessimistas.

Quadro 1 - Enquadramento Nacional		2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	2008	2007
PIB ¹	v.h. (%)	- 3,7	- 4,0	- 2,0	0,3	0,7	0,0	1,9
Procura Interna	v.h. (%)	- 4,6	- 3,7	- 0,7	1,4	1,8	- 1,2	- 1,7
Consumo das famílias	v.h. (%)	- 1,0	- 1,6	1,1	2,3	1,2	1,7	1,7
Taxa de investimento	%	20,0	21,1	22,9	24,0	23,9	23,7	23,6
Exportações	v.h. (%)	- 17,1	- 19,3	- 8,9	0,9	2,1	- 0,5	7,8
Importações	v.h. (%)	- 16,4	- 15,4	- 4,4	3,4	4,5	2,7	6,1
VAB	v.h. (%)	- 2,9	- 3,2	- 1,3	0,6	1,1	0,4	2,0
Taxa de desemprego	%	9,1	8,9	7,8	7,7	7,3	7,6	8,0
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v.h. (%)	- 1,1	0,0	1,5	3,0	2,9	2,6	2,5
Indicador de confiança dos consumidores	%	- 43,5	- 51,0	- 48,2	- 43,0	- 44,9	- 44,8	- 35,2
Indicador de clima económico	%	- 2,5	- 2,8	- 1,1	0,2	1,0	0,3	- 1,1

No segundo trimestre de 2009, o PIB nacional apresentou, pelo terceiro trimestre consecutivo, uma quebra homóloga², ligeiramente inferior à registada no trimestre anterior, mas ainda assim de 3,7% (Quadro 1). À semelhança do que vinha a acontecer desde o último trimestre de 2008, foi a procura externa que mais contribuiu para este comportamento do PIB. No entanto, denotou-se nesta componente um comportamento menos negativo em comparação com o primeiro trimestre de 2009, ao contrário do que se verificou para a procura interna, que baixou em 4,6%.

O consumo privado diminuiu em relação ao segundo trimestre de 2008 em 1,0%, salientando-se a quebra do consumo de bens duradouros, a par de um crescimento ligeiro do consumo corrente.

Quanto ao investimento, o segundo trimestre de 2009 manteve a tendência de redução, apresentando quebras em todas as suas componentes, com particular intensidade no “material de transporte”. O investimento em proporção do PIB (taxa de investimento) voltou também a cair neste período, tomando o valor de 20,0%, o que contrasta com os 23,9% registados no segundo trimestre de 2008.

No que toca à procura externa, as exportações caíram face ao mesmo período do ano anterior 17,1% (menos cerca de 2 pontos percentuais (p.p.) do que no trimestre precedente), tendo no entanto as importações verificado uma quebra mais acentuada do que as registadas nos períodos anteriores, com -16,4%.

A oferta, medida pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB), apresentou também uma variação homóloga negativa, baixando em 2,9%. Os sectores mais afectados foram a “construção”, a “indústria” e os “transportes e comunicações”. Comportamento positivo teve apenas o sector das “actividades financeiras e imobiliárias”.

Também no mercado de trabalho se denotou o clima recessivo. A taxa de desemprego nacional voltou a subir no segundo trimestre de 2009, fixando-se em 9,1%, quando no mesmo trimestre do ano anterior se tinha quedado pelos 7,3%.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) passou a apresentar no segundo trimestre de 2009 uma variação negativa, o que significa que o nível médio de preços baixou, em 1,1% em termos homólogos. Esta diminuição verificou-se sobretudo no preço dos “transportes” e dos “produtos alimentares e tabaco”. Por outro lado, foi no sector da “educação” que mais subiram os preços neste período.

Apesar do cenário de recessão apurado, as expectativas dos agentes económicos tornaram-se menos pessimistas, segundo o indicador de confiança dos consumidores do Instituto Nacional de Estatística (INE)³ e o indicador de clima económico do INE⁴. No entanto, numa análise mensal, verifica-se que as expectativas dos consumidores e dos empresários, reflectidas nestes dois índices, se foram progressivamente deteriorando entre Abril e Junho de 2009.

¹Dados adaptados em cada boletim aos novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais.

² Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

³ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁴ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

MERCADO DE TRABALHO

No segundo trimestre de 2009, a quebra homóloga da população activa, decorrente de um aumento do número de reformados, não foi suficiente para impedir a diminuição da taxa de emprego e o acentuar do desemprego, cuja taxa atingiu os 6,3% na Região Centro⁵. Apesar de a região apresentar uma situação menos negativa do que a do país, e de se registarem algumas melhorias em comparação com o trimestre anterior, mantiveram-se diminuições homólogas em muitas das variáveis consideradas neste capítulo. Salienta-se o aumento de 30,7% do desemprego de longa duração, face ao segundo trimestre de 2008.

De acordo com o Inquérito ao Emprego do INE, no segundo trimestre de 2009, a taxa de actividade (15 e mais anos)⁶ baixou na região e no espaço nacional, fixando-se em 65,4% e 61,9%, respectivamente (Quadro 2). A diminuição da taxa regional (de 1,6 p.p. em termos homólogos) teve maior impacto na taxa de actividade dos indivíduos do sexo masculino, tendo esta baixado para 72,1%, mas também se verificou na taxa de actividade feminina, que caiu para 59,3%.

A população activa⁷ na Região Centro diminuiu 2,3% do segundo trimestre de 2009 para o mesmo período de 2009, variação mais significativa que nos trimestres anteriores. Esta quebra resultou da redução de 3,4% da população empregada, ainda que se tenha dado um aumento de 19,2% dos desempregados.

Por contraposição, a população inactiva⁸ aumentou em 2,9% face ao mesmo trimestre do ano anterior, denotando-se uma significativa passagem da população activa para a reforma (6,7%), à semelhança do que se registou no primeiro trimestre de 2009. Face ao segundo trimestre de 2008, aumentou ainda o número de estudantes, sendo que os domésticos constituíam a única categoria de inactivos a registar uma diminuição de 5,1%.

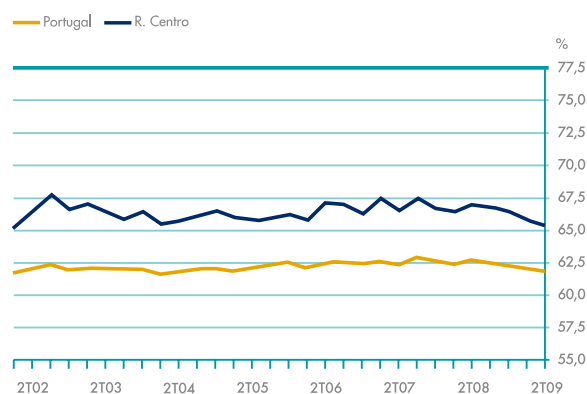
⁵ A análise efectuada à Região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

⁶ A taxa de actividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade)".

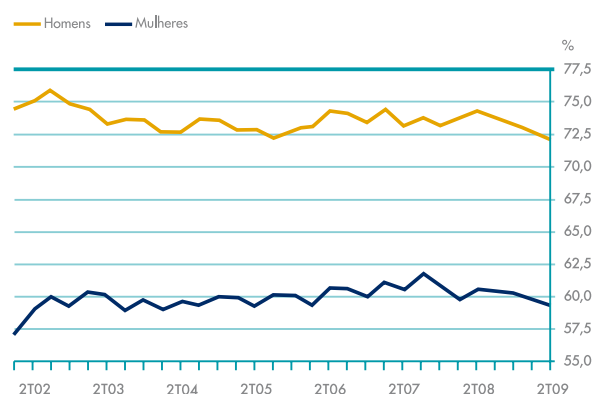
⁷ Segundo o INE, toma-se como população activa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁸ A população inactiva é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

Taxa de actividade em Portugal e na Região Centro



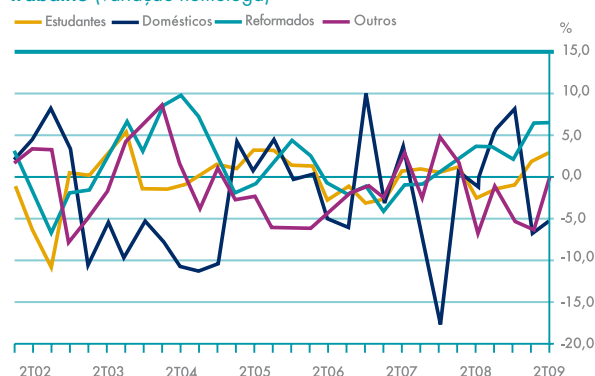
Taxa de actividade na Região Centro por sexo



População activa e população empregada na Região Centro (variação homóloga)



População inactiva na Região Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)



Quadro 2 – Actividade		2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	2008	2007
Taxa de actividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	61,9	62,1	62,3	62,5	62,7	62,5	62,6
Região Centro	%	65,4	65,8	66,4	66,8	67,0	66,7	67,0
	v.h.(p.p.)	- 1,6	- 0,7	- 0,3	- 0,6	0,4	- 0,4	0,4
Homens	%	72,1	72,6	73,3	73,8	74,3	73,8	73,6
Mulheres	%	59,3	59,6	60,1	60,3	60,4	59,7	60,9
População activa - Região Centro	milhares	1.343,1	1.351,3	1.363,2	1.369,1	1.374,1	1.367,2	1.371,1
	v.h.(%)	- 2,3	- 0,8	- 0,2	- 0,7	0,9	- 0,3	0,7
Empregados	milhares	1.257,9	1.261,1	1.284,9	1.290,7	1.302,6	1.292,7	1.294,5
	v.h.(%)	- 3,4	- 2,4	- 0,2	- 1,4	0,5	- 0,1	0,6
Desempregados	milhares	85,2	90,2	78,3	78,4	71,5	74,5	76,6
	v.h.(%)	19,2	29,2	0,8	11,9	7,4	- 2,7	2,9
População inactiva - Região Centro	milhares	1.039,5	1.031,7	1.021,3	1.015,3	1.009,9	1.017,1	1.012,7
	v.h.(%)	2,9	0,9	0,2	1,0	- 1,1	0,4	- 1,0
Estudantes	milhares	379,8	387,6	373,8	366,6	368,1	372,0	375,3
	v.h.(%)	3,2	2,1	- 0,9	- 1,5	- 2,5	- 0,9	0,0
Domésticos	milhares	104,4	109,5	108,4	109,3	110,0	111,3	107,9
	v.h.(%)	- 5,1	- 6,8	8,2	5,8	- 1,2	3,2	- 6,2
Reformados	milhares	368,1	357,8	353,3	347,0	345,1	345,3	335,3
	v.h.(%)	6,7	6,5	2,2	3,6	3,9	3,0	- 1,3
Outros	milhares	187,2	176,8	185,8	192,4	186,7	188,4	194,2
	v.h.(%)	0,3	- 6,4	- 5,3	- 1,1	- 6,9	- 3,0	0,7

No que toca à população empregada, verificou-se, no segundo trimestre de 2009, uma taxa de emprego⁹ de 56,3% no país e de 61,3% na Região Centro, tendo esta acelerado a tendência de decrescimento que vinha a registar, com uma quebra de 2,3 p.p. face ao mesmo período do ano anterior (Quadro 3). Em comparação com o trimestre anterior, registou-se uma subida muito ligeira da taxa de emprego feminino, que se situou nos 55,2%, enquanto a taxa de emprego no sexo masculino voltou a descer. Nos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos e na população residente com 65 anos ou mais esta taxa também diminuiu, apresentando, respectivamente, o valor de 32,9% e 32,7%.

Para este comportamento da taxa de emprego na Região Centro no segundo trimestre de 2009 contribuiu a quebra da população empregada, de 3,4%. A diminuição da população empregada, para os 1.257,9 milhares de indivíduos, verificou-se em ambos os sexos, embora com maior intensidade no masculino. No que toca à distribuição por idade, houve uma diminuição muito significativa dos empregados entre os 15 e os 24 anos. Aliás, na abordagem por sexo e por idade ressaltou-se sempre que o ritmo de quebra aumentou de uma forma geral para cada um dos escalões considerados face a períodos anteriores (com excepção do grupo com 45 anos ou mais). Quanto ao sector de actividade, com base na nova revisão da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE Rev. 3), destacou-se o sector das “actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas” como aquele em que houve um incremento superior da população empregada na região e a “agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal” pelo comportamento oposto.

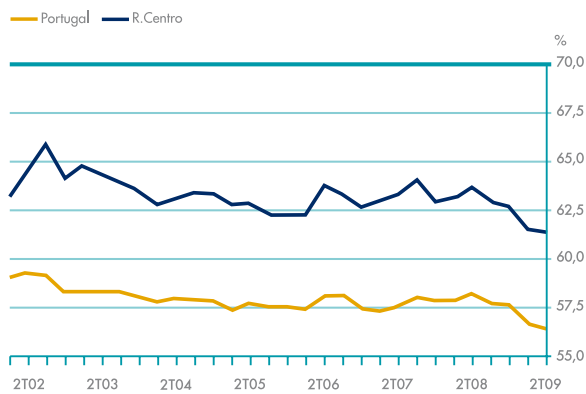
Verificou-se, no segundo trimestre de 2009, em comparação com o mesmo período do ano anterior, uma quebra do número de trabalhadores por conta de outrem e por conta própria. O primeiro reduziu-se em 3,7%, tendo-se registado quebras no que concerne aos diferentes tipos de contrato, sem termo e com termo (tendo neste último o decréscimo atingido os 7,7%), e independentemente da duração de trabalho (a tempo completo e parcial). Verificou-se ainda uma queda homóloga muito acentuada do número de trabalhadores por conta de outrem sem qualquer grau de escolaridade (43,7%), denotando-se que, dos restantes níveis de habilitações literárias considerados, apenas aumentaram os trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário.

⁹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre população empregada e população residente com mais de 15 anos de idade.

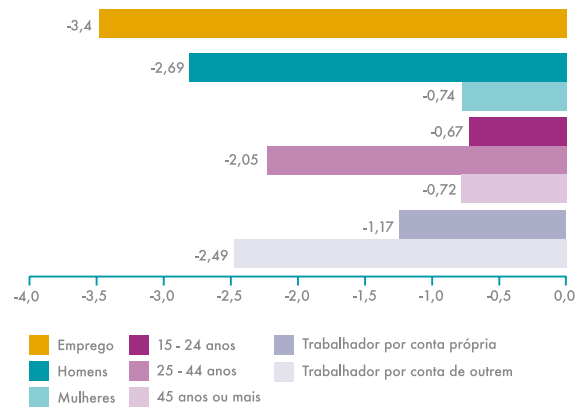
Para os trabalhadores por conta própria, o panorama não era, contudo, mais favorável. Na verdade, apesar de apresentarem uma quebra homóloga inferior à verificada no trimestre anterior, no segundo trimestre de 2009 baixaram em 3,6%, variação que resultou sobretudo da diminuição do número de isolados em 4,9%. Ainda assim, salienta-se o facto de, em relação ao segundo trimestre de 2008, no período em análise se contabilizarem mais 5,0% de empregadores.

¹⁰ A contribuição de uma dada componente para a variação homóloga de um determinado agregado populacional no trimestre t é calculada como a variação homóloga (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre homólogo) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população activa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação homóloga da população empregada e da população desempregada para a variação homóloga da população activa são, respectivamente, dados por $[(E_t - E_{t-4})/A_{t-4}] * 100$ e $[(D_t - D_{t-4})/A_{t-4}] * 100$, em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação homóloga desse agregado. No exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação homóloga da população activa¹⁰.

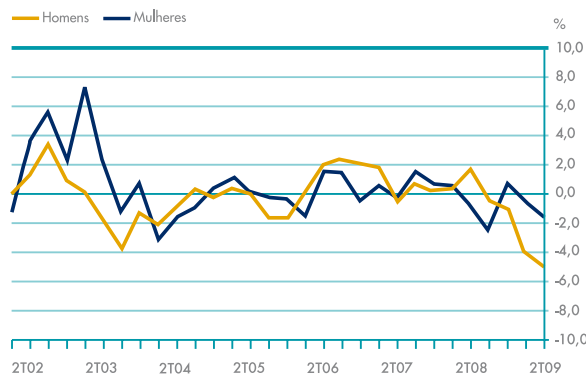
Taxa de emprego em Portugal e na Região Centro



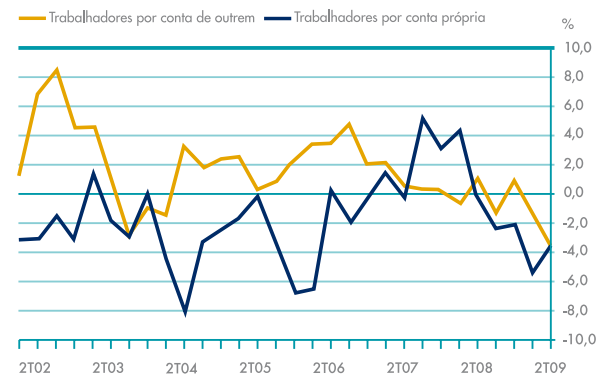
Contributos¹⁰ para a taxa de variação homóloga do emprego na Região Centro (%)



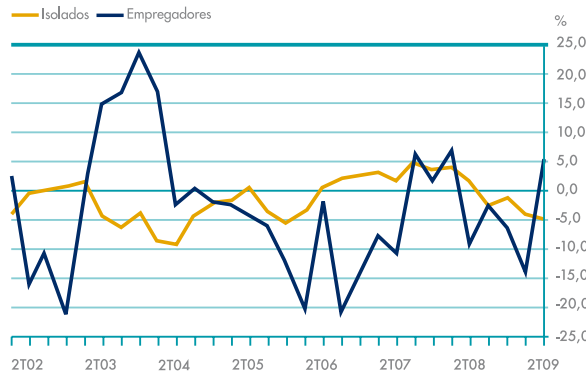
População empregada na Região Centro por sexo (variação homóloga)



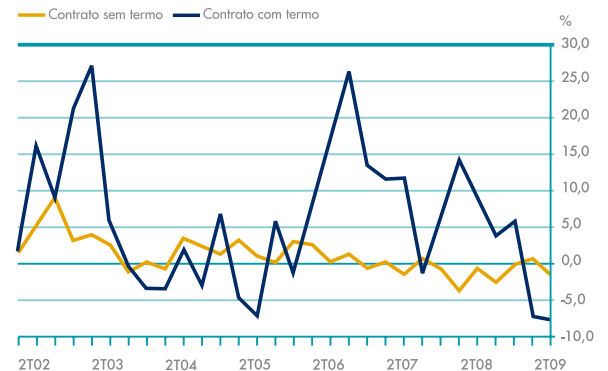
População empregada na Região Centro por situação na profissão (variação homóloga)



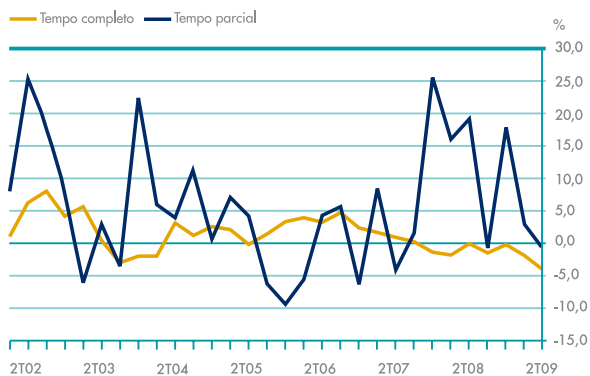
População empregada por conta própria na Região Centro (variação homóloga)



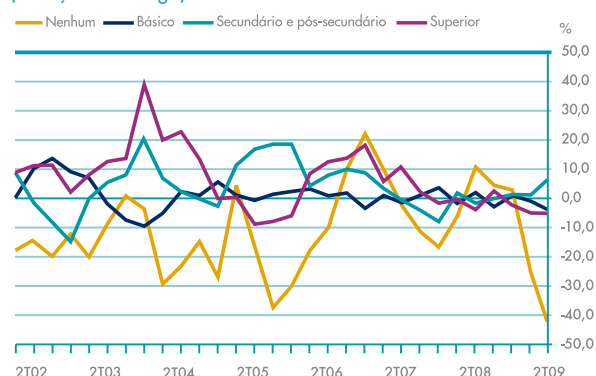
População empregada por conta de outrem na Região Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por regime de duração de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)



Quadro 3 - Emprego

		2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	2008	2007	
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	56,3	56,6	57,5	57,7	58,1	57,8	57,7	
Região Centro	%	61,3	61,5	62,6	62,9	63,6	63,1	63,3	
	v.h. (p.p.)	-2,3	-1,6	-0,3	-1,1	0,3	-0,2	0,3	
Homens	%	67,9	68,4	69,6	70,8	71,6	70,9	70,9	
Mulheres	%	55,2	55,1	56,2	55,7	56,2	55,9	56,3	
15 - 24 anos	%	32,9	35,3	38,5	36,7	35,2	36,3	36,3	
65 anos ou mais	%	32,7	33,3	34,2	34,3	34,6	34,5	36,0	
População empregada - Região Centro		milhares	1.257,9	1.261,1	1.284,9	1.290,7	1.302,6	1.292,7	1.294,5
	v.h. (%)	-3,4	-2,4	-0,2	-1,4	0,5	-0,1	0,6	
Homens	v.h. (%)	-5,0	-4,1	-1,0	-0,4	1,6	0,2	0,6	
Mulheres	v.h. (%)	-1,6	-0,5	0,8	-2,5	-0,7	-0,5	0,7	
15 - 24 anos	v.h. (%)	-9,1	-1,7	5,5	-4,7	-5,1	-1,9	-4,0	
25 - 44 anos	v.h. (%)	-4,5	-3,5	-0,7	-1,5	0,4	-0,4	-0,5	
45 anos ou mais	v.h. (%)	-1,5	-1,5	-0,6	-0,8	1,6	0,4	2,5	
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal	v.h. (%)	-7,1	-2,5	-3,3	-1,3	-2,9	-2,3	0,2	
Indústria, incluindo energia, gás e água	v.h. (%)	-0,8	-0,9	4,2	0,6	8,3	4,3	-3,1	
Construção	v.h. (%)	6,7	-9,8	-18,8	-14,2	-12,8	-14,4	17,0	
Comércio e reparações; alojamento e restauração; transportes e comunicações	v.h. (%)	-3,9	-5,9	5,8	1,8	6,6	6,6	1,3	
Actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas	v.h. (%)	8,6	9,0	-6,5	-9,4	3,0	-3,7	10,0	
Outras actividades de serviços	v.h. (%)	1,8	1,4	5,0	3,0	-1,0	0,4	-5,9	
Trabalhadores por conta de outrem		milhares	838,3	844,3	865,3	857,4	870,7	862,5	863,0
	v.h. (%)	-3,7	-1,4	0,8	-1,3	1,0	-0,1	0,8	
Contratos sem termo	v.h. (%)	-1,7	0,7	-0,2	-2,4	-0,7	-1,7	-0,2	
Contratos com termo	v.h. (%)	-7,7	-7,3	5,6	4,1	9,0	8,1	6,8	
Tempo completo	v.h. (%)	-4,0	-1,8	-0,3	-1,4	-0,1	-0,9	0,5	
Tempo parcial	v.h. (%)	-0,5	3,3	17,7	-0,4	18,9	13,3	7,0	
Nenhum grau de escolaridade	v.h. (%)	-43,7	-25,0	2,9	4,6	10,4	2,8	-4,8	
Básico	v.h. (%)	-4,2	-0,4	1,3	-2,5	2,4	0,0	1,0	
Secundário e pós-secundário	v.h. (%)	6,4	1,1	1,1	-0,1	-1,4	0,4	-2,2	
Superior	v.h. (%)	-5,4	-5,1	-2,0	2,1	-3,8	-1,1	4,2	
Trabalhadores por conta própria		milhares	408,3	403,3	411,3	422,4	423,7	421,0	422,7
	v.h. (%)	-3,6	-5,5	-2,2	-2,4	-0,2	-0,2	2,3	
Isolados	v.h. (%)	-4,9	-4,1	-1,5	-2,3	1,4	0,3	3,3	
Empregadores	v.h. (%)	5,0	-13,8	-6,5	-2,7	-9,3	-3,0	-3,3	

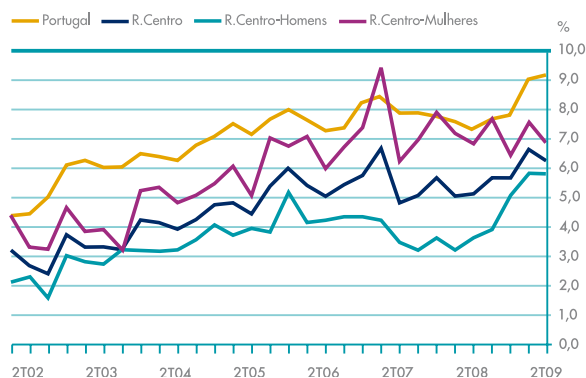
Em consonância com o que acima se expôs, a taxa de desemprego¹¹ aumentou (Quadro 4). Em Portugal subiu para os 9,1% neste segundo trimestre de 2009, ao passo que na região se fixou em 6,3% (subindo em 1,1 p.p. face ao mesmo período do ano anterior, mas apresentando, contudo, um valor menor do que o registado no primeiro trimestre de 2009).

¹¹ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população activa.

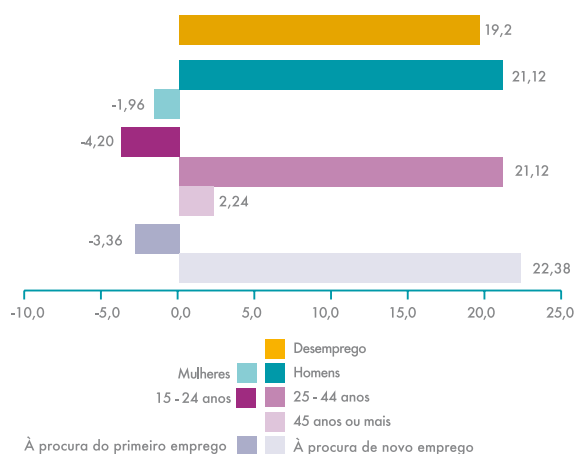
Com efeito, na região, numa análise da taxa de desemprego por sexo ou por idade, evidenciaram-se variações também positivas face ao segundo trimestre de 2008, mas já nulas ou negativas quando em comparação com o primeiro trimestre de 2009, sendo mais atingidos pelo desemprego o sexo feminino e o escalão etário dos 15 – 24 anos, como vinha sendo frequente.

No segundo trimestre de 2009, a população desempregada na Região Centro cresceu em 19,2% face ao mesmo período de 2008, variação homóloga inferior à registada no trimestre anterior e que se materializa num número de desempregados menor do que o apresentado no primeiro trimestre de 2009. Com as variações mais elevadas, evidenciou-se o aumento de 56,6% de desempregados do sexo masculino, o acréscimo de 42,8% nos desempregados com idade entre os 25 e os 44 anos e o incremento de 26,8% dos que procuram um novo emprego. Por outro lado, houve menos 3,1% mulheres desempregadas e baixou ainda o número de desempregados com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (em 19,0%), bem como os que procuram um primeiro emprego (em 20,2%). No que toca à duração do desemprego, houve um aumento de desempregados mais visível nos que procuram emprego há 12 meses ou mais de 30,7%, confirmando-se uma aceleração do crescimento do desemprego de longa duração.

Taxa de desemprego em Portugal e na Região Centro (por sexo)



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego na Região Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego

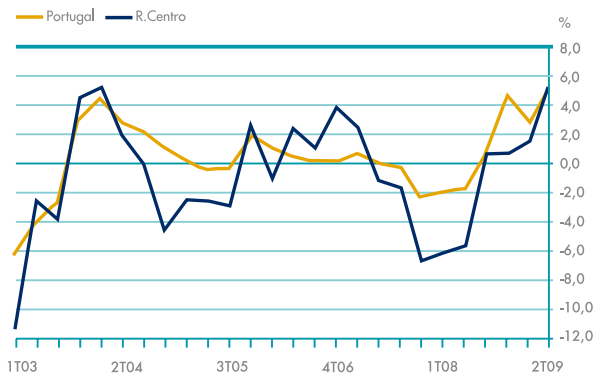
		2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	2008	2007
Taxa de desemprego								
Portugal	%	9,1	8,9	7,8	7,7	7,3	7,6	8,0
Região Centro	%	6,3	6,7	5,7	5,7	5,2	5,4	5,6
	v.h. (p.p.)	1,1	1,6	0,0	0,6	0,3	-0,2	0,1
Homens	%	5,9	5,9	5,1	4,0	3,7	4,0	3,7
Mulheres	%	6,8	7,6	6,5	7,7	6,9	7,1	7,7
15 - 24 anos	%	12,9	14,5	10,1	10,8	14,3	12,1	13,6
25 - 44 anos	%	7,3	8,3	7,6	7,3	5,6	6,7	6,4
45 anos ou mais	%	3,5	3,7	3,1	3,3	3,2	3,3	3,3
População desempregada - R. Centro								
	milhares	85,2	90,2	78,3	78,4	71,5	74,5	76,6
	v.h. (%)	19,2	29,2	0,8	12,2	7,8	-2,7	2,9
Homens	v.h. (%)	56,6	74,6	37,1	22,4	4,3	8,2	-13,5
Mulheres	v.h. (%)	-3,1	5,5	-18,2	6,9	10,1	-8,6	14,6
15 - 24 anos	v.h. (%)	-19,0	10,5	-34,8	-16,2	68,1	-14,2	11,6
25 - 44 anos	v.h. (%)	42,8	52,2	19,2	26,8	-7,6	0,2	-1,9
45 anos ou mais	v.h. (%)	7,9	6,0	-3,4	6,0	8,6	0,1	7,1
À procura do primeiro emprego	v.h. (%)	-20,2	-17,2	-20,8	18,6	72,5	3,1	26,4
À procura de novo emprego	v.h. (%)	26,8	38,3	5,1	11,1	0,3	-3,7	-0,3
Há menos de 12 meses	v.h. (%)	15,1	32,3	-9,3	15,3	11,3	-5,7	1,8
Há 12 meses ou mais	v.h. (%)	30,7	20,5	15,2	5,0	4,0	0,7	2,0

¹² O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão-de-obra, na óptica do empregador, dado por hora efectivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações directas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

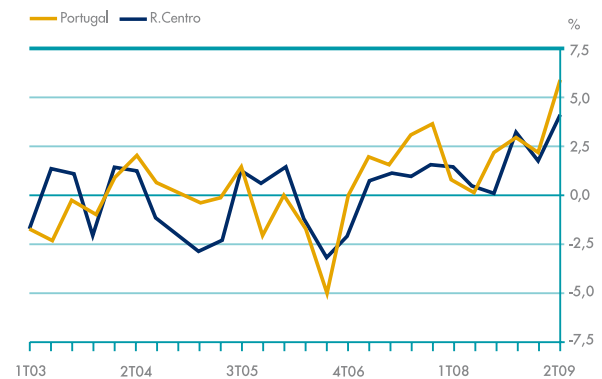
Considerando a variação dos preços, que foi negativa neste segundo trimestre de 2009, verificou-se um incremento do salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem de 5,1% em Portugal e de 5,4% na Região Centro, ganhando estes em média, por mês, 766€ no território nacional e 669€ na região (Quadro 5).

Na óptica do empregador, o custo médio da mão-de-obra na Região Centro, dado pelo Índice de Custo do Trabalho¹², teve uma variação real aquém da dos salários dos trabalhadores por conta de outrem, com 4,1%, tendo-se observado a situação contrária no cômputo nacional.

Salário médio líquido mensal em Portugal e na Região Centro
(variação homóloga real)



Índice de Custo do Trabalho em Portugal e na Região Centro
(variação homóloga real)



Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	2008	2007
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	766	757	765	747	737	746	725
	v.h. real (%)	5,1	2,9	4,7	0,7	-1,9	2,6	2,4
Região Centro	€	669	657	652	671	642	653	654
	v.h. real (%)	5,4	1,4	0,7	0,7	-5,8	-2,7	-1,8
Índice de Custo do Trabalho								
Portugal	v.h. real (%)	5,9	2,2	3,0	2,2	0,2	1,6	2,7
Região Centro	v.h. real (%)	4,1	1,8	3,2	0,2	0,6	1,3	1,1

DESEMPREGO REGISTRADO

O desemprego registado na Região Centro cresceu no segundo trimestre de 2009, face ao mesmo período do ano anterior, em 26,3%. A taxa de desemprego registado¹³ na região fixou-se nos 6,1%, aumentando em termos homólogos em todas as NUTS III e em 93 dos 100 municípios da região.

Na Região Centro, de acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o número de desempregados inscritos nos centros de emprego referia-se, no segundo trimestre de 2009, a 94,8 milhares de pessoas (Quadro 6). Este valor revelou-se superior ao contabilizado nos trimestres anteriores e representou uma variação de 26,3% em relação ao segundo trimestre de 2008, devido a um aumento de 12,8% de inscrições novas e a uma diminuição de 8,9% das colocações. A taxa de desemprego registado na região subiu, assim, para os 6,1%.

A taxa de desemprego registado foi superior na Serra da Estrela, em que atingiu os 7,9%, e na Cova da Beira, onde registou um valor de 7,5%, contrapondo-se-lhes o Pinhal Litoral e o Pinhal Interior Sul, com taxas de 3,3% e 3,7%, respectivamente. Verificou-se porém que o Pinhal Litoral foi protagonista, no segundo trimestre de 2009, do maior incremento homólogo da taxa de desemprego registado (de

¹³ A taxa de desemprego registado foi construída tendo em conta o rácio entre o desemprego registado (dados do IEFP) e a população média no grupo etário dos 15 – 64 anos, por município ou região, no ano de 2008 (dados do INE). Devido à sua fórmula de cálculo, a taxa de desemprego registado não deve, por isso, ser comparada com a taxa de desemprego divulgada pelo INE. No Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, os valores referem-se à estimativa efectuada da população desempregada e da população activa. No caso da taxa de desemprego registado, contabilizam-se os indivíduos que se registaram como desempregados no IEFP face ao total da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, independentemente de serem considerados ou não população activa.

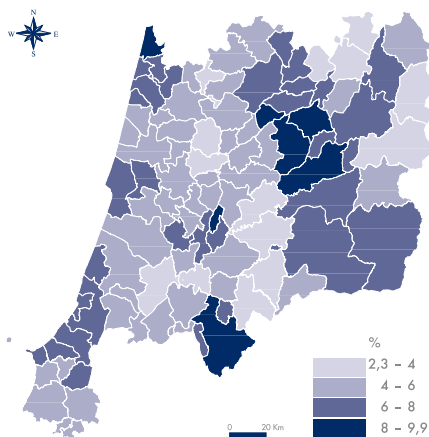
1,4 p.p.), ao passo que a Serra da Estrela foi a sub-região da Região Centro que menor subida da taxa apresentou, quedando-se a sua variação face ao segundo trimestre de 2008 em 0,4 pontos percentuais.

Numa desagregação por municípios, à semelhança do que se verificara no primeiro trimestre de 2009, Castanheira de Pêra e Covilhã registaram as piores taxas de desemprego registado, respectivamente, de 9,9% e 9,7%. Os maiores aumentos face ao mesmo período do ano anterior deram-se, contudo, em Pedrógão Grande (3,1 p.p.) e Ovar (2,9 p.p.). Numa nota mais positiva, salientam-se os municípios de Mêda e Oleiros, que apresentaram as taxas mais baixas (2,3% e 2,6%, respectivamente), e destaca-se ainda Manteigas, onde a taxa de desemprego registado se reduziu em 2,1 p.p., muito mais do que nos outros municípios, cujas maiores diminuições não foram além dos 0,3 p.p., à excepção de Vila Velha de Ródão, onde a variação da taxa de desemprego registado foi de -1,1 p.p..

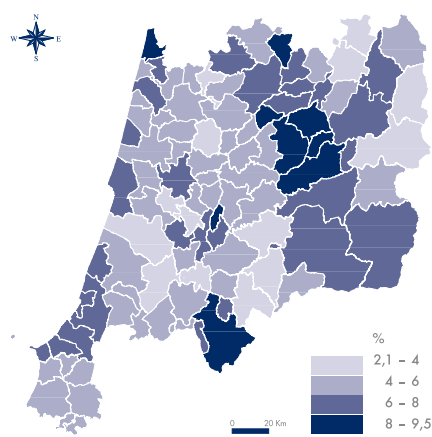
Quadro 6 – Desemprego Registado

		2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	2008	2007
Dados do IEFP – Região Centro								
Desemprego registado	milhares	94,8	92,8	80,9	77,1	75,1	77,5	77,6
	v.h. (%)	26,3	20,4	7,4	3,8	0,4	0,0	-7,7
Taxa de desemprego registado	%	6,1	5,9	5,2	4,9	4,8	5,0	5,0
Novos desempregados	milhares	33,1	41,3	37,9	36,8	29,4	34,1	29,5
	v.h. (%)	12,8	27,5	52,0	9,9	11,0	15,7	41,2
Colocações do IEFP	milhares	5,3	4,2	5,8	7,1	5,8	6,1	5,7
	v.h. (%)	-8,9	-23,1	5,7	18,6	-2,8	5,9	7,5

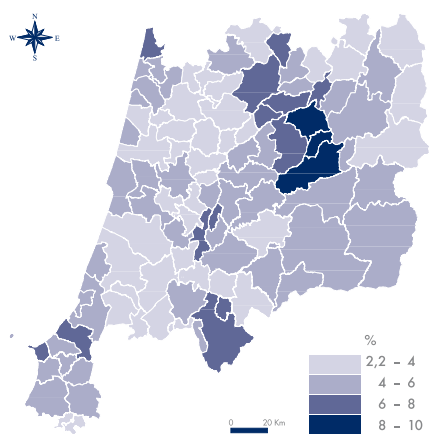
Taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2009



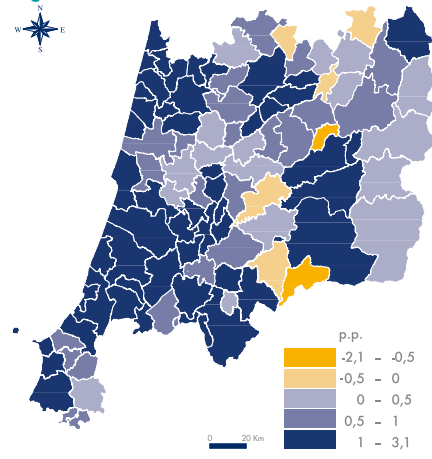
Taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2009



Taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2008



Variação homóloga da taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2009



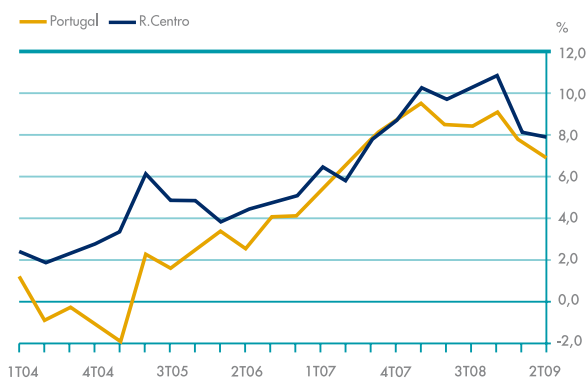
ENDIVIDAMENTO DAS EMPRESAS

No segundo trimestre de 2009, verificou-se um crescimento real dos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras menor do que em trimestres precedentes, tanto em Portugal como na Região Centro, tendo o crédito vencido, em percentagem do concedido, sofrido um incremento bastante significativo. As empresas apresentavam, assim, uma situação menos favorável.

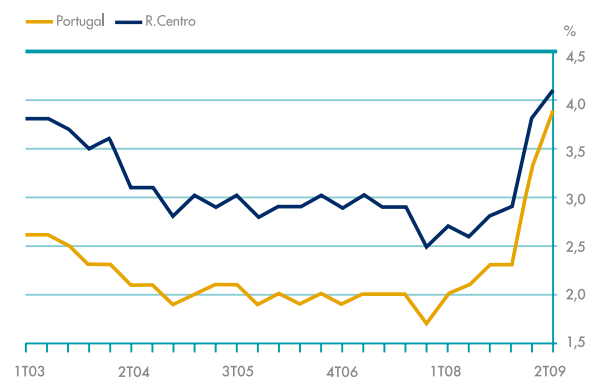
No segundo trimestre de 2009, em Portugal e na Região Centro, denotou-se uma continuação do abrandamento da concessão de empréstimos a sociedades não financeiras. O crédito concedido aumentou em termos reais 6,9% no território nacional e 8,0% na região (Quadro 7).

Já os rácios de crédito vencido, que consideram o crédito vencido em percentagem do crédito concedido, sofreram um grande incremento no segundo trimestre de 2009, tanto em termos homólogos, como em confronto com o trimestre anterior, em que já se verificara um crescimento menor dos empréstimos concedidos. Os rácios apresentados foram de 3,9% em Portugal e de 4,1% na Região Centro. Fica, deste modo, implícita uma situação de maior dificuldade das empresas, tanto ao nível do acesso a novo crédito, como no que concerne ao cumprimento dos compromissos já firmados.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido



Quadro 7 – Endividamento das Empresas

		2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	2008	2007	
								Média trimestral	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras									
Portugal	milhões €	123.130	121.882	121.169	119.017	116.520	117.468	105.202	
	v.h. real (%)	6,9	7,7	9,0	8,5	8,5	8,8	7,1	
Região Centro	milhões €	18.845	18.503	18.422	18.058	17.648	17.810	15.751	
	v.h. real (%)	8,0	8,1	10,8	10,2	9,7	10,2	7,2	
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	3,9	3,3	2,3	2,3	2,1	2,2	1,9	
Região Centro	%	4,1	3,8	2,9	2,8	2,6	2,8	2,8	

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No que toca ao comércio internacional de bens, apurou-se, no segundo trimestre de 2009, um cenário recessivo, à semelhança do que se tinha verificado no trimestre anterior, ainda que as perdas¹⁴ registadas (em valor) tenham sido, em termos globais, menores. Permaneceram, contudo, transversais a todas as secções da Nomenclatura Combinada com maior impacto na região.

As saídas e exportações de bens voltaram a baixar em valor no segundo trimestre de 2009, em comparação com o mesmo período do ano anterior, em Portugal e na Região Centro. Estas quebras, embora significativas (20,0% e 17,1%, respectivamente), foram, no entanto, inferiores às registadas no primeiro trimestre de 2009 (Quadro 8). Analisando isoladamente os fluxos segundo os mercados de destino, denotou-se uma diminuição menos significativa nos fluxos de saída para a União Europeia (Portugal com uma variação homóloga real de -19,1% e a região com -19,3%). Já no que respeita às trocas extra-comunitárias, verificou-se uma quebra de 22,9% em Portugal e, pela primeira vez nos últimos trimestres, uma redução na Região Centro que se cifrou em 7,5%.

Na Região Centro, das secções da Nomenclatura Combinada com maior impacto na região¹⁵, apenas nas “pastas de madeira e papel” se observou um crescimento real das saídas e exportações face ao segundo trimestre de 2008, tal como já tinha acontecido no primeiro trimestre de 2009, ainda que agora de forma menos intensa. Realce ainda para as “indústrias alimentares, bebidas e tabaco”, cuja diminuição real foi ténue (1,3%) e menor do que no trimestre anterior. Com quebras significativas, destacaram-se os sectores da “madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria”, o “material de transporte” e os “metais comuns e suas obras”, cujas saídas, em valor, baixaram em mais de 30%.

Em relação às entradas e importações verificou-se um cenário global semelhante ao exposto acima, tendo o valor destes fluxos diminuído no segundo trimestre de 2009, em relação ao período homólogo, mas menos do que no primeiro trimestre de 2009 (16,7% em Portugal e 25,9% na Região Centro).

Na Região Centro, nas entradas e importações por secções da Nomenclatura Combinada, destacou-se, pela positiva, o sector das “indústrias alimentares, bebidas e tabaco”, único a registar um crescimento homólogo de 14,7%, contrastando com os “metais comuns e suas obras” e as “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras”, cujas variações homólogas reais foram de -41,7% e -40,8%, respectivamente.

Concluindo, à semelhança do registado no primeiro trimestre de 2009, evidencia-se fortemente o impacto do clima de recessão económica no comércio internacional de bens, sendo que a secção dos bens alimentares se revela como uma das menos afectadas, por se relacionar com produtos essenciais para os consumidores.

¹⁴ As taxas de variação real destas variáveis foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

¹⁵ As secções da Nomenclatura Combinada consideradas foram escolhidas em função dos montantes transaccionados no início de 2007 e no final de 2008, no que toca quer a exportações quer a importações.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens

		2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	2008	2007	
		Média trimestral							
Saídas e Exportações									
Portugal	milhões €	7.614,3	7.396,7	8.453,9	9.480,4	10.029,9	9.490,3	9.397,2	
	v.h. real (%)	- 20,0	- 24,1	- 11,6	1,4	1,8	- 1,4	n.d.	
Intra-comunitárias	milhões €	5.765,8	5.611,3	6.000,5	6.798,8	7.505,8	7.001,5	7.205,0	
	v.h. real (%)	- 19,1	- 25,3	- 17,0	- 3,6	- 1,2	- 5,1	n.d.	
Extra-comunitárias	milhões €	1.848,5	1.785,4	2.453,4	2.681,5	2.524,1	2.488,8	2.192,2	
	v.h. real (%)	- 22,9	- 20,3	5,2	16,6	12,0	10,9	n.d.	
Região Centro	milhões €	1.468,1	1.431,0	1.506,1	1.619,2	1.865,3	1.714,6	1.775,3	
	v.h. real (%)	- 17,1	- 21,4	- 17,2	- 6,0	- 1,6	- 5,7	n.d.	
Intra-comunitárias	milhões €	1.160,8	1.121,3	1.116,1	1.249,4	1.515,5	1.361,7	1.481,6	
	v.h. real (%)	- 19,3	- 26,6	- 25,7	- 12,1	- 5,1	- 10,2	n.d.	
Extra-comunitárias	milhões €	307,4	309,7	390,0	369,8	349,8	352,9	293,7	
	v.h. real (%)	- 7,5	5,2	22,6	22,9	17,2	17,3	n.d.	
Totais (Intra + extra-comunitárias)									
Produtos animais	v.h. real (%)	- 26,0	- 17,5	- 3,3	- 2,5	11,0	3,0	n.d.	
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v.h. real (%)	- 1,3	- 4,6	- 8,0	0,5	10,8	2,4	n.d.	
Indústrias químicas e conexas	v.h. real (%)	- 11,3	- 31,0	- 18,2	- 8,5	- 15,3	- 11,2	n.d.	
Plástico, borracha e suas obras	v.h. real (%)	- 11,7	- 21,6	- 24,7	- 7,5	0,9	- 8,4	n.d.	
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v.h. real (%)	- 34,2	- 39,0	- 20,8	- 20,1	- 15,2	- 15,7	n.d.	
Pastas de madeira e papel	v.h. real (%)	91,0	144,1	7,4	17,9	20,7	13,5	n.d.	
Matérias têxteis e suas obras	v.h. real (%)	- 14,3	- 13,5	- 22,7	- 8,8	0,7	- 7,9	n.d.	
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v.h. real (%)	- 14,7	- 20,9	- 16,6	- 6,8	- 5,4	- 7,1	n.d.	
Metais comuns e suas obras	v.h. real (%)	- 31,4	- 30,8	- 20,8	- 6,0	2,7	- 4,8	n.d.	
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v.h. real (%)	- 22,1	- 24,7	- 11,2	- 5,4	2,5	- 2,1	n.d.	
Material de transporte	v.h. real (%)	- 32,9	- 42,2	- 30,9	- 8,7	- 9,9	- 12,0	n.d.	
Entradas e Importações									
Portugal	milhões €	11.931,0	11.950,3	14.285,2	15.431,0	16.027,3	15.293,6	14.263,9	
	v.h. real (%)	- 16,7	- 17,5	- 5,8	3,6	4,1	2,3	n.d.	
Intra-comunitárias	milhões €	9.160,1	9.501,9	10.922,0	10.597,8	11.571,2	11.134,9	10.646,0	
	v.h. real (%)	- 11,5	- 11,6	- 4,8	- 0,1	0,3	- 0,2	n.d.	
Extra-comunitárias	milhões €	2.770,9	2.488,4	3.363,2	4.833,2	4.456,1	4.158,7	3.617,9	
	v.h. real (%)	- 30,5	- 33,4	- 8,9	12,6	15,5	9,7	n.d.	
Região Centro	milhões €	1.247,0	1.234,0	1.463,6	1.660,8	1.882,8	1.713,3	1.708,5	
	v.h. real (%)	- 25,9	- 28,8	- 15,5	- 4,2	- 3,3	- 4,3	n.d.	
Intra-comunitárias	milhões €	1.016,9	1.017,0	1.200,7	1.363,3	1.538,8	1.397,0	1.400,1	
	v.h. real (%)	- 26,1	- 27,1	- 16,6	- 2,7	- 1,4	- 4,8	n.d.	
Extra-comunitárias	milhões €	230,0	217,0	262,9	297,5	344,0	316,3	308,4	
	v.h. real (%)	- 25,2	- 36,0	- 9,9	- 10,3	- 11,0	- 2,1	n.d.	
Totais (Intra + extra-comunitárias)									
Produtos animais	v.h. real (%)	- 31,4	- 19,3	- 14,3	- 20,4	- 2,9	- 12,3	n.d.	
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v.h. real (%)	14,7	14,2	10,1	29,9	8,1	14,1	n.d.	
Indústrias químicas e conexas	v.h. real (%)	- 29,3	- 8,0	- 12,7	9,6	17,6	3,1	n.d.	
Plástico, borracha e suas obras	v.h. real (%)	- 18,4	- 31,4	- 14,2	- 10,1	- 15,3	- 10,8	n.d.	
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v.h. real (%)	- 22,0	- 25,3	- 25,0	- 31,2	- 12,3	- 16,7	n.d.	
Pastas de madeira e papel	v.h. real (%)	- 9,7	- 19,2	- 7,9	6,1	- 6,6	3,0	n.d.	
Matérias têxteis e suas obras	v.h. real (%)	- 21,6	- 26,4	- 23,2	- 15,9	- 3,0	- 11,7	n.d.	
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v.h. real (%)	- 40,8	- 30,1	- 7,9	- 13,3	- 6,1	- 6,9	n.d.	
Metais comuns e suas obras	v.h. real (%)	- 41,7	- 34,6	- 21,5	- 10,7	- 4,4	- 9,9	n.d.	
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v.h. real (%)	- 26,9	- 28,7	- 7,4	3,8	0,9	4,2	n.d.	
Material de transporte	v.h. real (%)	- 29,0	- 40,2	- 24,3	- 5,6	- 8,2	- 8,2	n.d.	

n. d. – não determinado

TURISMO

Quanto ao turismo, no segundo trimestre de 2009, verificaram-se tendências positivas para a região, no que toca ao número de hóspedes e de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, contrariamente ao registado no território nacional.

O número de hóspedes caiu em Portugal, em comparação com o segundo trimestre de 2008, em 1,8% (Quadro 9). Na Região Centro, pelo contrário, o número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros cresceu relativamente ao segundo trimestre de 2008 em 1,3%, retomando as variações positivas, mesmo que reduzidas, que tinham caracterizado a região nos trimestres anteriores (excepção apenas para o primeiro trimestre de 2009, onde foi negativa).

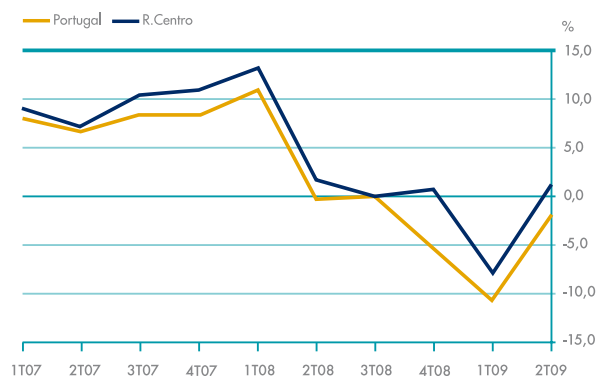
Também nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros se observaram comportamentos díspares entre a região e Portugal. Enquanto que no território nacional as dormidas se reduziram em 9,0%, em termos homólogos, na Região Centro verificou-se um crescimento de 6,2%, que interrompeu as consecutivas diminuições que se vinham a registar nesta região desde o segundo trimestre de 2008.

O mês mais negativo para a actividade turística, tanto em relação ao número de hóspedes como ao número de dormidas, foi o mês de Maio de 2009, tendo-se verificado em Junho já uma recuperação.

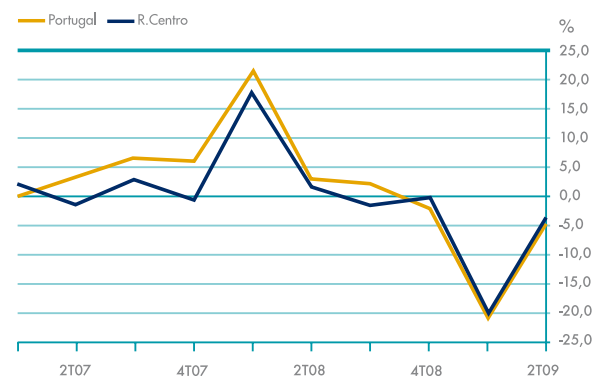
Denotou-se ainda uma subida na estada média dos hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros no segundo trimestre de 2009, que passaram, em média, 2,7 noites em Portugal, enquanto que na região o valor se quedou pelas 1,8 noites, valor superior ao registado em igual período do ano anterior.

O preço médio da dormida voltou a sofrer uma diminuição real, tanto em Portugal (de 4,0%) como na Região Centro (de 3,2%), face ao segundo trimestre de 2008, diminuição esta bastante menos significativa que a verificada no primeiro trimestre de 2009. No entanto, se compararmos o preço médio da dormida com os registados no primeiro trimestre de 2009, ele cresceu em Portugal, fixando-se em 31,6€ e baixou ligeiramente na região, tomando o valor de 28,1€.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e na Região Centro (variação homóloga)



Preço médio da dormida (variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo		2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	2008	2007
		Média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	1.203,0	767,2	917,1	1.486,4	1.225,3	1.117,1	1.097,4
	v.h. (%)	- 1,8	- 10,7	- 5,3	0,1	- 0,2	1,8	6,4
Região Centro	milhares	168,1	123,6	156,2	230,7	183,7	174,6	167,1
	v.h. (%)	1,3	- 7,9	0,8	0,1	1,7	3,8	7,6
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	3.194,5	2.012,9	2.410,3	4.781,7	3.511,7	3.266,4	3.275,2
	v.h. (%)	- 9,0	- 14,4	- 6,6	- 2,0	- 2,9	- 0,3	4,6
Região Centro	milhares	340,9	201,7	281,7	464,2	321,0	322,1	315,2
	v.h. (%)	6,2	- 11,7	- 0,9	- 1,9	- 2,5	2,2	7,8
Estada média								
Portugal	n.º noites	2,7	2,6	2,6	3,2	2,9	2,9	3,0
Região Centro	n.º noites	1,8	1,6	1,8	2,0	1,7	1,8	1,9
Preço médio por dormida								
Portugal	€	31,6	28,1	32,2	35,2	33,3	34,0	31,3
	v.h. real (%)	- 4,0	- 20,6	- 1,7	2,3	3,3	6,0	4,2
Região Centro	€	28,1	28,4	28,9	30,5	29,3	31,0	28,9
	v.h. real (%)	- 3,2	- 20,0	- 0,5	- 1,4	1,9	5,7	0,7

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

No sector da construção e habitação, verificou-se que, no segundo trimestre de 2009, em comparação com o mesmo período do ano anterior, o licenciamento de edifícios, em particular das construções novas e dos edifícios com finalidade doméstica, baixou consideravelmente em Portugal e na Região Centro, ainda que tenha havido também uma diminuição do nível geral dos preços de manutenção e reparação regular da habitação. No que toca à avaliação bancária da habitação, houve incrementos homólogos reais dos valores médios globais na Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, contabilizando-se as maiores diminuições também no interior da região, mas mais a norte (Beira Interior Norte e Serra da Estrela).

Ainda que com menos expressão do que no trimestre anterior, no segundo trimestre de 2009, em termos homólogos, o licenciamento de edifícios voltou a cair em Portugal (24,5%) e na Região Centro (21,1%) (Quadro 10). Na região, a quebra do número de edifícios licenciados para habitação familiar foi de 27,6%, denotando-se que as licenças para construções novas com finalidade doméstica desceram em 33,5% face ao mesmo período do ano anterior, mais do que a totalidade das construções novas, que caíram em 29,6%.

Quanto aos novos fogos para habitação familiar na Região Centro, o segundo trimestre de 2009 marca o retorno de níveis de licenciamento de quase metade dos verificados em igual período no ano anterior (a quebra foi de 46,5%).

O Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação aumentou no segundo trimestre de 2009 em Portugal e na região, face ao segundo trimestre de 2008, mas menos do que nos trimestres anteriores: 2,1% em Portugal e 1,8% na região.

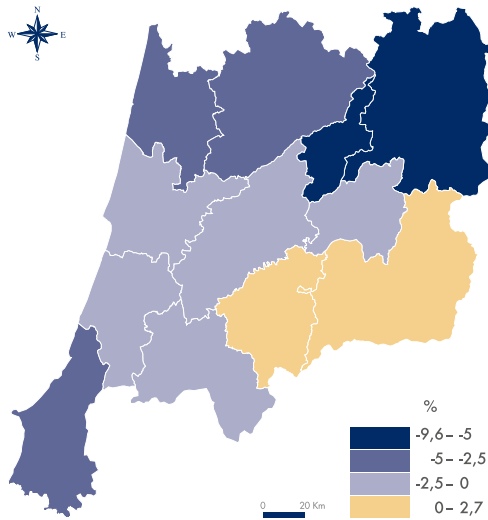
Quadro 10 – Construção e Habitação		2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	2008	2007	
		Média trimestral							
Edifícios licenciados									
Portugal	n.º	7.788	7.642	8.223	9.250	10.309	9.667	11.418	
	v.h. (%)	- 24,5	- 29,7	- 23,6	- 17,7	- 11,1	- 15,3	- 5,5	
Região Centro	n.º	2.481	2.396	2.474	2.750	3.143	2.879	3.305	
	v.h. (%)	- 21,1	- 23,9	- 23,4	- 15,0	- 6,5	- 12,9	- 7,0	
para habitação familiar	n.º	1.580	1.582	1.637	1.893	2.182	1.984	2.405	
	v.h. (%)	- 27,6	- 28,9	- 29,5	- 19,3	- 10,4	- 17,5	- 8,8	
Construções novas - Edifícios	n.º	1.610	1.605	1.711	2.014	2.288	2.087	2.478	
para habitação familiar	v.h. (%)	- 29,6	- 31,3	- 28,2	- 15,8	- 10,1	- 15,8	- 9,1	
	v.h. (%)	- 33,5	- 34,0	- 33,3	- 20,3	- 12,6	- 19,8	- 10,3	
Edifícios concluídos									
Portugal	n.º	x	14.252	14.358	13.783	12.970	13.399	12.698	
	v.h. (%)	x	14,2	8,7	6,7	5,0	5,5	17,2	
Região Centro	n.º	x	4.322	4.349	4.085	3.816	3.985	3.707	
	v.h. (%)	x	17,2	10,0	7,7	8,7	7,5	14,4	
para habitação familiar	n.º	x	3.446	3.426	3.236	2.893	3.102	2.900	
	v.h. (%)	x	20,9	13,7	8,5	2,7	7,0	12,7	
Construções novas - Edifícios	n.º	x	3.364	3.464	3.292	3.090	3.200	2.996	
para habitação familiar	v.h. (%)	x	13,8	9,0	5,9	9,3	6,8	15,4	
	v.h. (%)	x	19,4	13,2	7,7	4,1	6,8	13,9	
Novos fogos para habitação familiar - Região Centro									
Licenciados	v.h. (%)	- 46,5	- 39,7	- 48,6	- 34,4	- 17,9	- 30,2	- 9,4	
Concluídos	v.h. (%)	x	22,6	21,8	6,7	6,5	9,4	17,2	
Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação									
Continente	v.h. (%)	2,1	2,8	3,3	3,0	3,2	3,1	3,1	
Região Centro	v.h. (%)	1,8	2,1	2,4	2,2	2,3	2,4	3,2	

x – não disponível

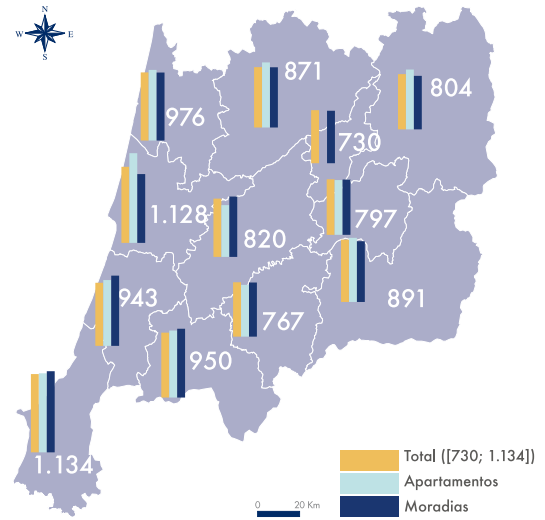
Já no que toca à avaliação bancária, verificou-se que no trimestre em análise o valor da habitação cresceu nas NUTS III da Beira Interior Sul e do Pinhal Interior Sul, sendo que as maiores diminuições (superiores a 5%) se deram também no interior da região, mas mais a norte, na Serra da Estrela e na Beira Interior Norte.

A Serra da Estrela mantinha assim a habitação com o valor mais baixo segundo a avaliação bancária (730€/m²). Do lado oposto, os valores mais elevados da habitação incidiam novamente no Oeste (1.134€/m²) e no Baixo Mondego (1.128€/m²), valores, no entanto, menores do que os verificados em média no Continente (1.168€/m²), mas superiores aos registados nos trimestres anteriores. Estas duas últimas sub-regiões apresentaram ainda os apartamentos mais caros, em média, da Região Centro. Segundo a avaliação bancária, o valor destes rondava os 1.272€/m² no Baixo Mondego (acima dos 1.210€/m² da média do Continente) e os 1.120€/m² no Oeste, contrapondo-se ao Pinhal Interior Norte e ao Pinhal Interior Sul, em que os apartamentos, em média, foram avaliados em 745€/m² e 754€/m², respectivamente. No que toca às moradias, foi também no Oeste e no Baixo Mondego que a avaliação bancária foi mais elevada (1.154€/m² e 987€/m², respectivamente), encontrando-se as moradias com valores mais baixos na Serra da Estrela (756€/m²), no Pinhal Interior Sul (769€/m²) e na Beira Interior Norte (774€/m²). O valor médio das moradias no Continente foi de 1.101€/m².

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2009



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2009 (€/m²)



CAIXAS E TERMINAIS MULTIBANCO

No segundo trimestre de 2009, houve um incremento real do valor dos movimentos em caixas e terminais Multibanco, mais intenso na Região Centro do que em Portugal.

Descontando o efeito da variação dos preços, denotou-se que, no segundo trimestre de 2009, em comparação com o mesmo período do ano anterior, os levantamentos em caixas automáticos cresceram, em Portugal e na Região Centro, embora com mais intensidade na região (4,2% e 11,4%, respectivamente) (Quadro 11).

Os pagamentos em caixas automáticos também aumentaram em ambos os territórios, denotando-se uma variação significativa na região (de 11,7%), ao passo que para Portugal esta se quedou nos 2,3%.

No que se refere aos terminais de pagamento automático, registaram-se igualmente valores positivos de variação do valor das compras efectuadas: em Portugal de 4,7% e na Região Centro de 7,6%.

Importa salientar novamente que neste segundo trimestre de 2009 o nível geral dos preços caiu, potenciando assim maiores variações homólogas reais. No entanto, para além deste efeito, registou-se efectivamente um aumento explícito dos movimentos em caixas e terminais de pagamento automático.

Quadro 11 – Rede Nacional Multibanco

		2T09	1T09	4T08	3T08	2T08	2008	2007	
								Média trimestral	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	milhões €	6.617,5	6.108,9	6.828,6	7.179,9	6.417,9	6.624,3	6.297,0	
	v.h. real (%)	4,2	0,6	2,3	2,1	1,9	2,5	n.d.	
Região Centro	milhões €	1.346,7	1.168,0	1.307,7	1.407,9	1.222,5	1.275,6	1.209,3	
	v.h. real (%)	11,4	0,3	2,2	2,6	2,0	2,8	n.d.	
Nacionais	milhões €	1.301,2	1.131,0	1.263,3	1.301,1	1.176,9	1.216,5	1.158,9	
	v.h. real (%)	11,8	0,5	2,0	2,0	1,6	2,3	n.d.	
Internacionais	milhões €	45,5	37,0	44,7	106,8	45,6	59,1	50,4	
	v.h. real (%)	0,9	- 6,0	10,1	10,2	16,1	14,1	n.d.	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	milhões €	1.553,0	1.405,1	1.516,2	1.807,8	1.535,1	1.569,3	1.474,2	
	v.h. real (%)	2,3	- 0,9	1,1	1,8	5,0	3,7	n.d.	
Região Centro	milhões €	294,3	247,9	265,5	308,4	266,4	272,1	253,5	
	v.h. real (%)	11,7	0,2	2,9	1,4	5,4	4,6	n.d.	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	milhões €	6.210,8	5.659,4	6.941,4	6.858,6	5.996,7	6.355,2	6.015,6	
	v.h. real (%)	4,7	0,6	1,4	3,1	2,6	3,0	n.d.	
Região Centro	milhões €	1.101,8	990,2	1.224,0	1.227,0	1.035,0	1.117,5	1.025,4	
	v.h. real (%)	7,6	0,6	4,2	6,8	5,1	6,2	n.d.	
Nacionais	milhões €	1.052,6	951,3	1.169,7	1.140,6	990,9	1.060,2	953,1	
	v.h. real (%)	7,4	1,2	5,0	9,2	8,6	8,4	n.d.	
Internacionais	milhões €	49,1	38,9	54,3	86,4	52,0	57,3	72,0	
	v.h. real (%)	- 4,5	- 11,8	- 10,5	- 17,0	- 27,7	- 22,5	n.d.	

n. d. – não determinado

POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRO

No que se refere ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a 30 de Junho de 2009 a Região Centro representava 26,1% dos fundos comunitários aprovados a nível nacional. Salienta-se ainda o maior dinamismo que a região sentiu no que toca à abertura de concursos do Programa Operacional Regional – Mais Centro neste segundo trimestre de 2009, que obrigou a uma selecção mais criteriosa no processo de decisão.

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE - Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objectivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

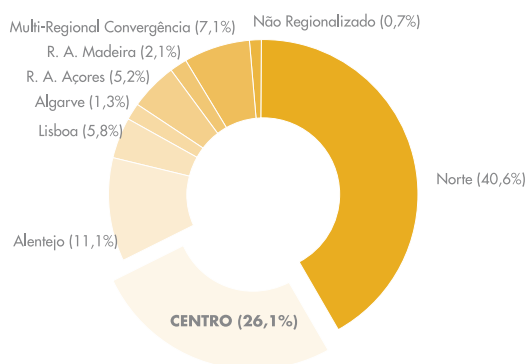
O Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, inovação e conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais;
- Eixo 4: Protecção e valorização ambiental;
- Eixo 5: Governação e capacitação institucional;
- Eixo 6: Assistência técnica.

A 30 de Junho de 2009, no que toca à aplicação do QREN, tinham sido apresentadas na Região Centro 10.108 candidaturas, o que correspondia a 28,3% em termos de número global verificado no país e a 27,8% do investimento (custo) total nacional (Quadro 12). O peso de candidaturas aprovadas na região no cômputo global das aprovações foi de 28,6%, em número, baixando esta percentagem para 26,1% em termos dos valores do fundo comunitário que lhes foram atribuídos, valores ligeiramente inferiores aos que se verificavam a 31 de Março de 2009.

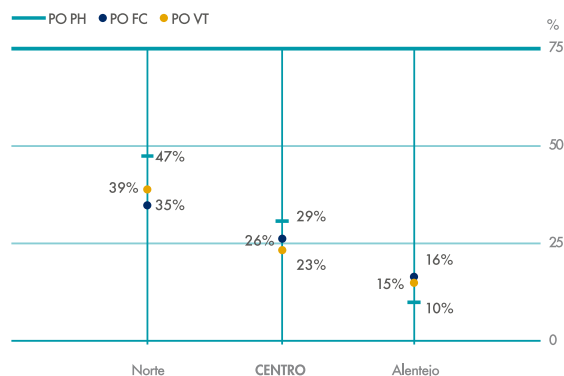
Quanto à distribuição dos fundos comunitários pelos Programas Operacionais Temáticos, a Região Centro, a par das outras regiões de convergência do Continente, não alterou também muito a sua posição no total nacional, em comparação com a situação a 31 de Março de 2009, tendo captado 29% dos fundos comunitários alocados ao PO PH, peso esse que baixou ligeiramente, para 26% e 23%, respectivamente, no PO FC e no PO VT.

Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região
(30 de Junho de 2009)



Adaptado de: Comissão Técnica de Coordenação do QREN, "Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletim Informativo n.º 4", pág. 11

Relevância das três regiões de convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais Temáticos
(30 de Junho de 2009)



Quadro 12 – O QREN na Região Centro
(30 de Junho de 2009)

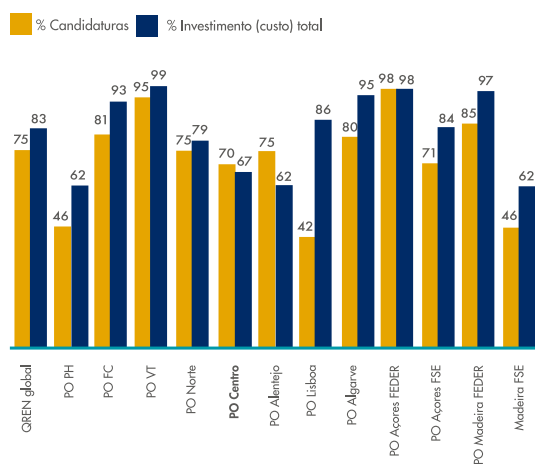
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Candidaturas apresentadas	n.º	10.108	2.210	6.776	879	243
	% do total nacional	28,3	23,4	30,0	30,3	35,4
Investimento (custo) total	milhares €	9.612.602	2.651.203	3.018.150	2.947.589	995.661
	% do total nacional	27,8	25,8	27,8	33,3	22,0
Candidaturas aprovadas	n.º	4.273	833	3.058	323	59
	% do total nacional	28,6	22,1	31,1	29,4	34,1
Investimento (custo) total	milhares €	3.624.199	1.070.457	944.638	1.245.185	363.920
	% do total nacional	27,4	27,0	28,9	28,7	22,8
Investimento (custo) elegível	milhares €	3.183.098	859.538	944.638	1.042.296	336.626
	% do total nacional	26,9	26,0	28,9	27,5	23,7
Fundo comunitário	milhares €	1.712.968	522.344	643.191	311.795	235.638
	% do total nacional	26,1	24,8	29,2	25,9	23,3

No que toca especificamente ao Mais Centro, incutiu-se um dinamismo substancialmente maior neste segundo trimestre de 2009, passando o total de concursos e períodos de candidatura de 66 em Março de 2009 para 182 no fim do mês de Junho, o que naturalmente fez crescer o valor do fundo a concurso, para 1.045.755 milhares de euros, ou seja, 61,5% da dotação total do Mais Centro (Quadro 13).

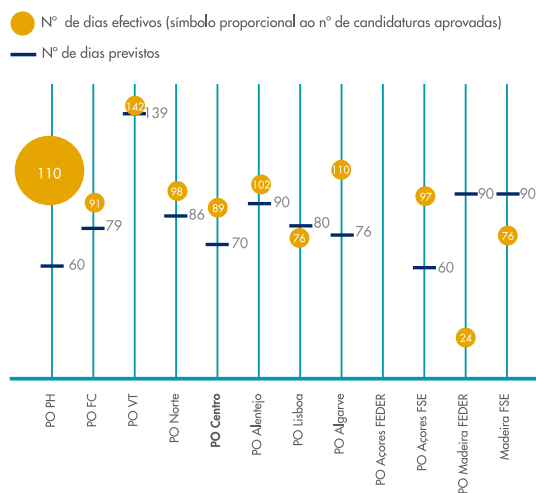
Apesar de se terem aberto mais concursos, é de salientar que as candidaturas admitidas em percentagem das apresentadas com análise de admissibilidade concluída (taxa de admissibilidade) foram inferiores às registadas em Março de 2009, tendo aumentado a taxa de aprovação líquida (que apresenta a proporção de candidaturas aprovadas no total das admitidas com análise de mérito terminada, ou seja, cuja aprovação já foi decidida), tanto em número como em valor. Em consequência do maior número de concursos, a taxa de contratação (candidaturas contratadas em função das aprovadas) diminuiu e aumentou o número de dias efectivo de decisão do Mais Centro.

Quadro 13 – Monitorização do Mais Centro		Junho 2009	Março 2009	Dezembro 2008
Processo de selecção				
Total de concursos e períodos de candidatura	n.º	182	66	51
Fundo a concurso	milhares €	1.045.755	542.834	465.250
	% da dotação	61,5	31,9	27,3
Indicadores técnicos				
Taxa de admissibilidade	% de candidaturas	78	91	95
	% investimento (custo) total	82	89	91
Taxa de aprovação líquida	% de candidaturas	70	51	49
	% investimento (custo) total	67	52	59
Taxa de contratação	% de candidaturas	64	67	83
	% investimento (custo) total	51	59	75

Taxa de aprovação líquida das candidaturas por Programa Operacional (30 de Junho de 2009)



Tempo médio de decisão por Programa Operacional (30 de Junho de 2009)

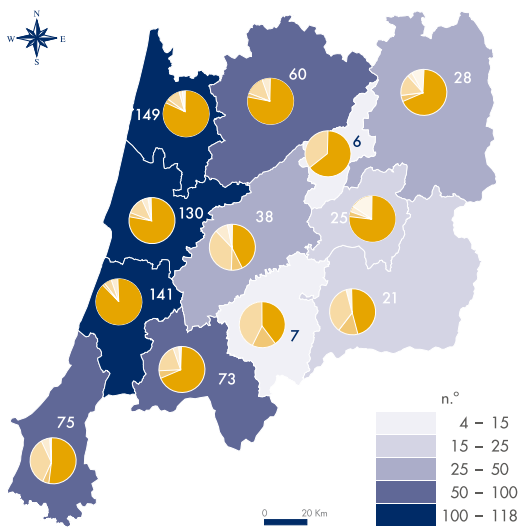


Fonte: Comissão Técnica de Coordenação do QREN, "Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletim Informativo n.º 4", pág. 13

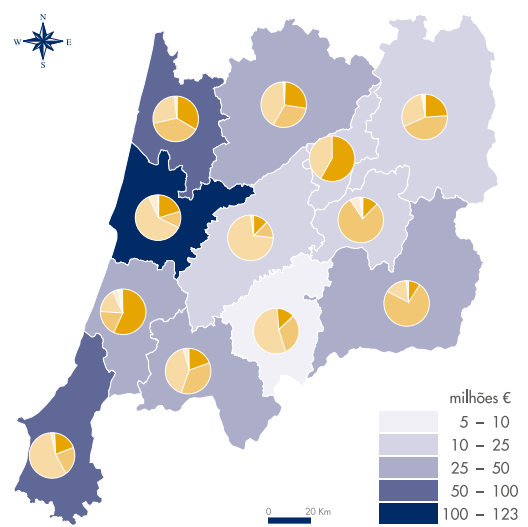
Numa análise à distribuição dos projectos aprovados no âmbito do Mais Centro por NUTS III, verificou-se que, a 30 de Junho de 2009, as sub-regiões do Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Baixo Mondego eram as que mais projectos aprovados tinham, cada uma com valores superiores a 100 projectos. Pelo contrário, destacava-se a Serra da Estrela e o Pinhal Interior Sul, com apenas 6 e 7 projectos, respectivamente. Os projectos aprovados referiam-se sobretudo ao eixo 1 – Competitividade, inovação e conhecimento na maioria das NUTS III. Os projectos do eixo 3 – Consolidação e qualificação dos espaços regionais apresentaram também algum destaque, com especial relevância no Pinhal Interior Norte, Beira Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela.

No que toca aos fundos atribuídos a estes projectos, foi o Baixo Mondego que acolheu mais fundos, acima dos 100 milhões de euros. Em seguida aparecia o Baixo Vouga, a sub-região com mais projectos aprovados, e o Médio Tejo. Com valores de ajudas comunitárias inferiores a 10 milhões de euros surgiu o Pinhal Interior Sul, registando-se uma melhoria comparativa da Serra da Estrela em relação aos valores apurados a 31 de Março de 2009. O eixo mais importante no total da Região, em termos de fundos aprovados no âmbito do Mais Centro a 30 de Junho de 2009, foi o eixo 3, embora em termos sub-regionais se tenha destacado o Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos (eixo 2) na Beira Interior Sul, Cova da Beira, Beira Interior Norte e Baixo Vouga, e o eixo 1 na Serra da Estrela e no Pinhal Litoral.

Projectos aprovados no âmbito do Mais Centro
(30 de Junho de 2009)



Fundo comunitário atribuído aos projectos no âmbito do Mais Centro
(30 de Junho de 2009)



- Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 2 - Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos
- Eixo 3 - Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais
- Eixo 4 - Protecção e valorização ambiental
- Eixo 5 - Governação e capacitação institucional

- Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 2 - Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos
- Eixo 3 - Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais
- Eixo 4 - Protecção e valorização ambiental
- Eixo 5 - Governação e capacitação institucional

COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO 2007-2013

A primeira convocatória do Programa Espaço Atlântico registou 68 candidaturas, tendo sido aprovados 24 projectos. Destes, oito referem-se à prioridade 1 – Inovação, oito à prioridade 2 – Ambiente, três à prioridade 3 – Melhorar a acessibilidade e as ligações internas e cinco à prioridade 4 – Desenvolvimento urbano sustentável. A distribuição do FEDER aprovado por prioridade é a seguinte: 30% na prioridade 1, 35% na prioridade 2, 20% na prioridade 3 e 15% na prioridade 4.

O Programa Espaço Atlântico 2007-2013 tem como estratégia global o alcance de progressos significativos e tangíveis na cooperação transnacional, direccionados para o desenvolvimento territorial coesivo, sustentável e equilibrado da fachada atlântica da União Europeia e do seu património marítimo, tendo como áreas elegíveis o território da Irlanda e as regiões atlânticas de Espanha, Portugal, França e Reino Unido.

Nesta perspectiva, o Programa Operacional, cujo investimento comunitário realizado por intermédio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ronda 104 milhões de euros, assume como principais áreas de actuação as seguintes:

- Prioridade 1: Inovação – Promover redes transnacionais de empreendedorismo e inovação (incluindo a economia do conhecimento);
- Prioridade 2: Ambiente – Proteger, assegurar e valorizar de forma sustentável o ambiente marinho e costeiro (incluindo a herança marítima);
- Prioridade 3: Acessibilidade – Melhorar a acessibilidade e as ligações internas;
- Prioridade 4: Desenvolvimento urbano sustentável – Valorizar as sinergias transnacionais em matéria de desenvolvimento urbano e regional sustentável (incluindo o fomento dos intercâmbios inter-regionais).

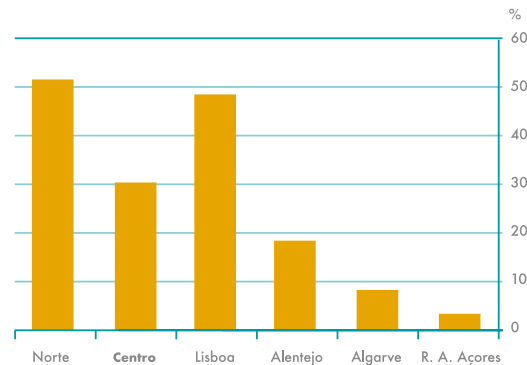
O Espaço Atlântico



Dos 24 projectos aprovados 23 têm parceiros portugueses. Os parceiros portugueses representam 19% do total de entidades participantes nos projectos. Em termos de FEDER aprovado, 6,4% foi atribuído a entidades portuguesas.

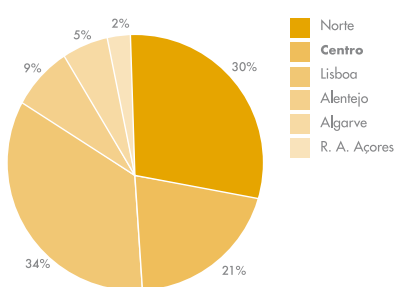
A Região Centro está presente em sete dos projectos que envolvem um ou mais parceiros portugueses (30,4%), abaixo da Região Norte e da Região de Lisboa, com, respectivamente, 12 e 11 projectos, mas à frente das Regiões do Alentejo, do Algarve e dos Açores.

Participação de cada região no total de projectos que envolvem parceiros portugueses

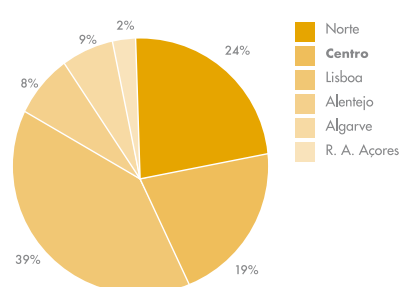


No que toca ao número de entidades que participam nos projectos de cooperação aprovados, no cômputo global das regiões portuguesas, surge a Região de Lisboa em primeiro lugar com 15 entidades, muitas das quais são entidades de âmbito nacional. Segue-se a Região Norte com 13 entidades participantes, a Região Centro com nove entidades participantes e depois o Alentejo com quatro, o Algarve com dois e a R. A. dos Açores com um. No que se refere à distribuição regional do FEDER aprovado as conclusões são idênticas.

Entidades participantes em projectos por região



FEDER aprovado por região



As entidades da Região Centro que participam neste Programa são essencialmente instituições de ensino superior, associações empresariais e associações de municípios e Câmaras Municipais. Estas entidades estão envolvidas essencialmente em projectos no âmbito das prioridades 1 – Inovação (três entidades participam em três projectos) e 3 - Acessibilidade (quatro entidades participam em dois projectos).



[DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO]

Neste número, apresenta-se o perfil territorial da Região Centro, dado pelos resultados publicados em 2009 pelo Instituto Nacional de Estatística do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) (elaborado em parceria com o DPP) e do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC). No que respeita ao ISDR, os resultados reflectem o desempenho das regiões e sub-regiões portuguesas em termos do Índice Global de Desenvolvimento Regional e das componentes Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental enquanto no que se refere ao EPCC se retiveram os resultados do Indicador *per Capita* de Poder de Compra (IpC).

A REGIÃO CENTRO SEGUNDO O ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) foi apresentado publicamente em Maio de 2009 com dados reportados a 2004 e a 2006, resultado de colaboração estreita e profícua entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP). O ISDR apresenta-se como um indicador compósito que permite integrar uma vasta quantidade de informação num modo de leitura fácil e apelativo, com dados relativos às NUTS II e NUTS III.

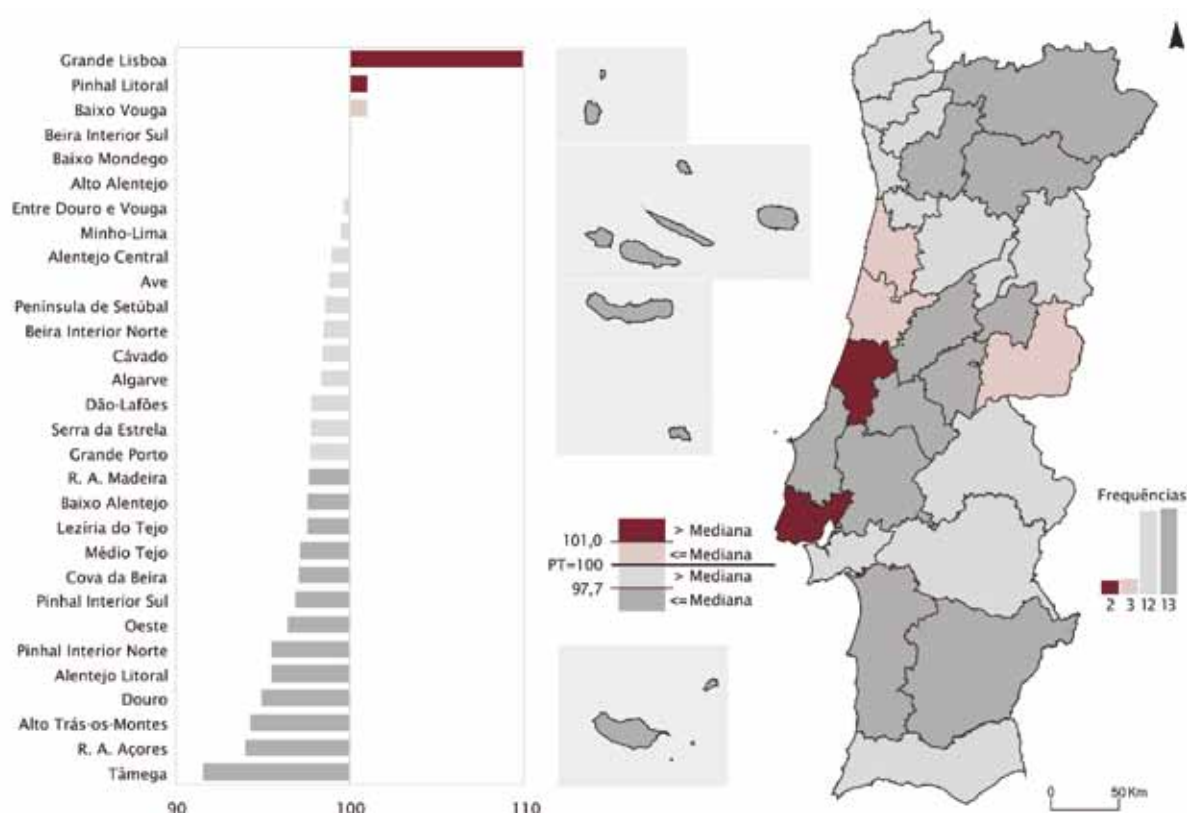
O ISDR, tido como instrumento de monitorização das dinâmicas regionais, foi construído com base em três dimensões fundamentais do desenvolvimento regional: a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental (denominadas componentes), sendo que para cada uma destas dimensões é apresentado um índice, a par com o índice global. Cada componente é obtida por agregação, por média simples, de indicadores de base e o índice global é obtido por agregação, por média simples, das componentes.

Na componente *Competitividade*, os indicadores seleccionados estão relacionados com a capacidade de gerar rendimento (PIB *per capita* ou produtividade do trabalho) e de inserção em mercados externos (relação entre exportações ou PIB); com o potencial de factores propiciadores da competitividade (recursos humanos, infra-estruturas avançadas e economias de aglomeração); e com o potencial de transformação eficiente das economias regionais, na dimensão da especialização produtiva, na esfera da mobilidade habilitacional e profissional, na solidez das empresas nos ramos de actividade internacionalizáveis e na sua exposição à competição externa, no investimento na produção de conhecimento e na atractividade regional de população, trabalhadores e empresas multi-regionais.

Na componente *Coesão*, atendeu-se à eficácia do acesso aos vários tipos de factores de bem-estar (rendimento, equidade social e longevidade); à acessibilidade das populações aos serviços essenciais para proporcionar qualidade de vida e oportunidades de progresso profissional e humano (rede urbana com dimensão para serviços básicos, educação, saúde, sanidade habitacional, cultura); à capacidade de adaptação social (níveis médios de rendimento pessoal, estrutura etária da população e resultados escolares) e aos potenciais de exclusão / integração social (incidências do desemprego, da pobreza e da exclusão social, dos níveis de integração étnica e da criminalidade).

Na componente *Qualidade Ambiental*, os indicadores seleccionados pretendem exprimir a qualidade ambiental em termos de água para consumo e de ar; da produção de factores poluentes do solo e do ar; da qualidade do crescimento urbano; das medidas para atenuar os impactos dos factores de pressão (elementos poluentes do solo e da água, criação de zonas classificadas com funções de reserva natural e ecológica, renovação de águas subterrâneas, qualidade do ar) e dos contributos regionais para a substituição de fontes energéticas fósseis por renováveis.

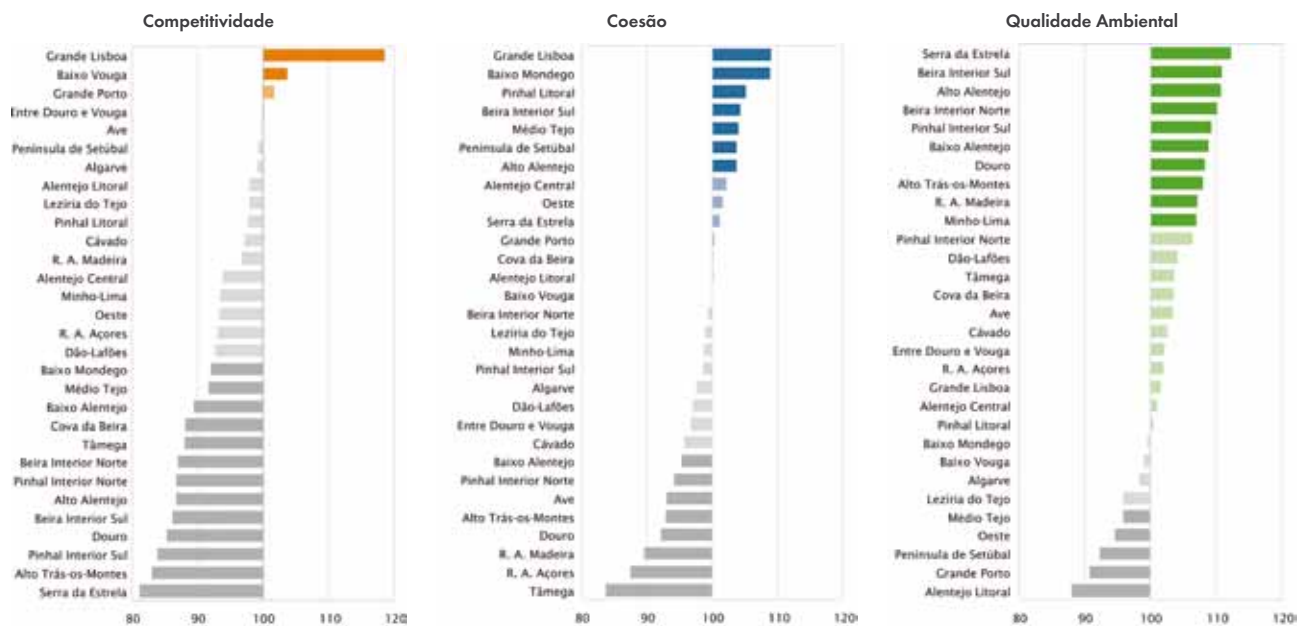
Índice Global de Desenvolvimento Regional (Portugal = 100), por NUTS III, 2006



Relativamente aos resultados para 2006 e quanto ao *Índice Global de Desenvolvimento Regional*, a Região Centro encontrava-se particularmente bem posicionada, na medida em que três das NUTS III que a compõem, num total nacional de 30, evidenciaram desempenhos superiores à média nacional, estando situadas nos 2.º, 3.º e 4.º lugares do *ranking*. Com a Grande Lisboa (109,91) à frente, seguem-se-lhe assim, o Pinhal Litoral (101,03), o Baixo Vouga (101,00) e, marginalmente, a Beira Interior Sul (100,05). O Baixo Mondego registou um desempenho semelhante a média nacional (100,00). Esta geografia do desenvolvimento regional, com excepção do desempenho observado na Beira Interior Sul, destaca a litoralização no país.

Quanto às diferentes componentes do índice, a figura seguinte retrata com clareza que, no que diz respeito à *Competitividade*, na Região Centro apenas o Baixo Vouga se destacou com um valor superior à média nacional. Ocupava mesmo o 2.º lugar, depois da Grande Lisboa, assumindo-se como uma das quatro NUTS III que superavam a média nacional (as demais são o Grande Porto e Entre Douro e Vouga). As restantes NUTS III da Região Centro, mesmo as mais próximas do litoral, apresentaram valores inferiores à média nacional, verificando-se que as NUTS III Serra da Estrela, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul se situavam nos últimos lugares do *ranking*. De facto, das 13 sub-regiões menos competitivas face à média nacional (abaixo da mediana do total de regiões com desempenhos aquém da média nacional), oito localizam-se na Região Centro.

Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental (Portugal = 100), por NUTS III, 2006



Fonte: INE e DPP, 2009 - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, pág. 47; 50 e 52

No tocante à componente *Coesão*, a Região Centro voltava a assumir posições de destaque. Ainda com a Grande Lisboa a liderar, o Baixo Mondego apresentava valores muito próximos e em 3.º, 4.º e 5.º lugares salientam-se outras três NUTS III da região acima da média: Pinhal Litoral, Beira Interior Sul e Médio Tejo. Outro dado interessante aponta para que as quatro sub-regiões que superavam a média nacional no índice global também o conseguiram nesta componente, três das quais na região: Pinhal Litoral, Baixo Vouga e Beira Interior Sul. A Região Centro destacou-se assim no território, enquanto espaço com desempenhos bastante positivos no índice da *Coesão*.

A componente *Qualidade Ambiental* era a que apresentava, a nível nacional, mais sub-regiões acima da média (21 em 30 NUTS III), voltando a Região Centro a merecer relevo, com a Serra da Estrela (1.º), a Beira Interior Sul (2.º), a Beira Interior Norte (4.º) e o Pinhal Interior Sul (5.º) em posições de destaque. Apenas as NUTS III do Baixo Mondego e do Baixo Vouga (muito ligeiramente) e as NUTS III do Médio Tejo e do Oeste (de forma mais vincada) se afastavam da média nacional. De referir ainda que o Pinhal Litoral e a Beira Interior Sul superavam as médias nacionais no índice global e no índice da qualidade ambiental.

Face ao restante território regional, o Baixo Vouga ressaltou em termos do desempenho registado, com Índices Global, de Competitividade e de Coesão acima de 100, secundada pelo Pinhal Litoral e Beira Interior Sul (Índices Global, Coesão e Qualidade Ambiental superior a 100, e Competitividade inferior à média nacional). O Baixo Mondego, com o Índice Global ligeiramente acima de 100, ganhava em termos de coesão, mas perdia muito na competitividade. Todas as restantes oito NUTS III da Região obtinham um Índice Global inferior a 100, com destaques para a Serra da Estrela e a Cova da Beira, com dois índices acima de 100 (na Qualidade Ambiental e na Coesão). O Médio Tejo e o Oeste apenas superavam a média na componente Coesão, verificando-se que as demais se juntavam ao grupo que continha um maior número de sub-regiões, aquelas onde apenas o Índice de Qualidade Ambiental as favorecia (Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Dão-Lafões), a par com outras nove NUTS III (as duas Regiões Autónomas, Ave, Cávado, Minho-Lima, Tâmega, Alto Trás-os-Montes, Douro e Baixo Alentejo).

A REGIÃO CENTRO SEGUNDO O INDICADOR *PER CAPITA* DE PODER DE COMPRA

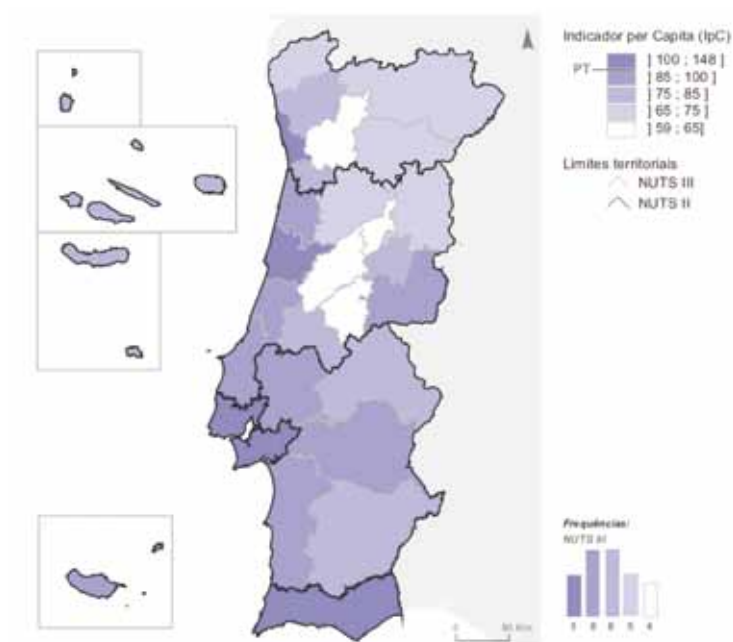
O Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)¹⁶ permite caracterizar os municípios e/ou regiões sob o ponto de vista do poder de compra, na lógica do bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis e com base num modelo de análise factorial. A informação estatística reporta-se ao ano de 2007 e o estudo foi elaborado com base em 17 variáveis. Para o presente efeito só se irá incidir a análise no Indicador *per Capita* do Poder de Compra, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, tendo por referência o valor nacional 100, omitindo as restantes variáveis divulgadas (Porcentagem do Poder de Compra e Factor Dinamismo Relativo).

A Região Centro, de acordo com os dados relativos a 2007 agora disponibilizados, revelava um Indicador *per Capita* de Poder de Compra (IpC) aquém da média nacional, com 83,8, apresentando-se como a segunda região NUTS II com menor poder de compra (a R. A. dos Açores apresentou 83,6), situação que já se tinha verificado em estudos anteriores. Ao nível das NUTS II, apenas as regiões de Lisboa e Algarve superavam o poder de compra *per capita* médio nacional.

Tal como sucedia no estudo anterior, também nos dados de 2007 apenas cinco NUTS III, num universo de 30, se situaram acima da média nacional: Grande Lisboa (147,9), Península de Setúbal (108,3), Algarve (103,6), Grande Porto (113,6) e o Baixo Mondego (102,3), esta última localizada na Região Centro. A análise por NUTS III permite ainda distinguir as do litoral, de maior IpC, das do interior, com algumas exceções, nomeadamente a Beira Interior Sul, no Centro. Ainda na Região Centro, vamos encontrar três das quatro NUTS III com menor IpC: o Pinhal Interior Norte, o Pinhal Interior Sul e a Serra da Estrela que, a par com o Tâmega, não atingem sequer os 65 de IpC.

¹⁶ O EPCC 2007, divulgado em Novembro de 2009, representa a oitava edição do estudo.

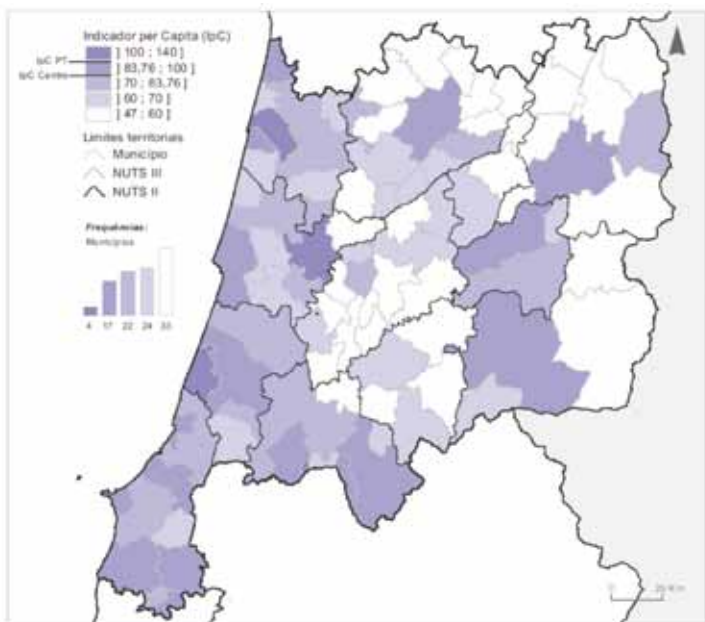
Indicador per Capita (Portugal = 100), por NUTS III, 2007



Fonte: INE, 2009 - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (2007), pág. 23

Descendo na escala de análise e passando a focar o universo dos 100 municípios portugueses pertencentes à Região Centro, apenas 4 superavam o poder de compra *per capita* médio nacional: Coimbra (139), Aveiro (134), Entroncamento (112) e Marinha Grande (102). No contexto regional evidenciavam-se ainda, com valores superiores à média verificada na região (83,8), mais 17 municípios, na maior parte dos casos associados a municípios capitais de distrito como Leiria, Castelo Branco, Viseu e Guarda ou municípios com elevado grau de urbanização, de que são exemplo Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Torres Novas, Torres Vedras e Alenquer. Com um poder de compra *per capita* manifestado inferior a 50% da média nacional em 2007, existiam na região apenas 4 situações, localizadas na Beira Interior Norte (Mêda) e no Dão-Lafões (Aguiar da Beira, Vila Nova de Paiva e Penalva do Castelo).

Indicador per Capita por município, na Região Centro (Portugal = 100), 2007



Fonte: INE, 2009 - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (2007), pág. 59

FONTES

CONJUNTURA

• Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

• Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor
- Índice de Custo do Trabalho

• Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego Registrado por Concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente (2008)

• Endividamento das Empresas

- Banco de Portugal
- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor

• Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Secção da Nomenclatura Combinada, Tipo de Comércio, NUTS II e NUTS III

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

• Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Boletim Mensal de Estatística
- Índice de Preços no Consumidor

• Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor

• Caixas e Terminais Multibanco

- SIBS - Transacções realizadas em Caixas Automáticas por Município
- Transacções realizadas em Terminais de Pagamento Automático por Município
- INE - Índice de Preços no Consumidor

• Políticas Públicas na Região Centro

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
- Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos n.º 2, 3 e 4
- Autoridade de Gestão do Mais Centro

• Cooperação Transnacional Espaço Atlântico 2007-2013

- Secretariado Técnico do Programa Espaço Atlântico 2007-2013

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

• A Região Centro segundo o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

- INE e DPP
- Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

• A Região Centro segundo o Indicador *per Capita* do Poder de Compra

- INE - Estudo de Poder de Compra Concelhio (2007)

A informação contida no “Região Centro – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2009 foi recolhida até ao dia 14 de Dezembro de 2009.

